€mpreender

economia | negócios | investimentos

1º semestre | 2007

04 Simplificar para competir
Maria Manuel Leitão Marques

35 Gabinete do Empreendedor
Apoio aos empresários açorianos

28 POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
Para um sector turístico sustentável

ficha técnica

director
Arnaldo Machado

coordenação
Jorge Pereira

propriedade
DRACE - Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica

design e paginação
Bloco d - design e comunicação

fotografia
ATA - Associação de Turismo dos Açores
Bloco d - design e comunicação
DRACE - Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica

impressão
Nova Gráfica, Ld.ª

tiragem
600 exemplares

contactos
DRACE
Praça Gonçalo Velho Cabral, nº3
9500-063 Ponta Delgada, Portugal
Tel.: 296 209 800 | Fax: 296 209 848
drace@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

periodicidade
Semestral

índice

3 **nota de abertura**
Director Regional de Apoio à Coesão Económica

4 **opinião**

Maria Manuel Leitão Marques

António Bensaude Castro Freire

Carlos Santos

ENTREVISTA Manuel Rita

Rui Almeida

António Maio

Albano Furtado

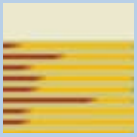
21 **evolução**
evolução quadros comunitários de apoio

28 **plano de ordenamento**
turístico da RAA

35 gabinete do **empreendedor**

36 **notícias**

44 **estatísticas**



nota de abertura

Com o encerramento em 2006 do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), sendo que os valores finais apenas serão apurados após a conclusão dos projectos aprovados, é desde já possível estabelecer uma análise comparativa entre aquele QCA e o anterior (1994-1999). Neste número da €mpreender procurou-se estabelecer uma comparação entre os objectivos propostos para aqueles dois Quadros, bem como uma análise estatística de alguns indicadores, que permitem uma primeira leitura sobre a evolução dos incentivos ao investimento no período entre 1994 e 2006. Foram analisados, entre outros aspectos, o investimento e incentivo, bem como os postos de trabalho criados.

No contexto da promoção do empreendedorismo nos Açores, e inserido num conjunto mais vasto de medidas que o Governo dos Açores tem vindo a desenvolver, como o Concurso Regional de Empreendedorismo ou o Empreende Jovem – Sistema de incentivos ao empreendedorismo, este número da €mpreender dá a conhecer a rede de Gabinetes do Empreendedor. Esta estrutura, criada especificamente para os empreendedores, dispersa pela Região através de oito gabinetes, tem como missão disponibilizar informação sobre o ciclo de vida da empresa e apoiar todos os que desenvolvam ou desejem iniciar uma actividade empresarial.

Nesta edição conheça também a versão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), que esteve em discussão pública até 31 de Maio. Este documento consagra os instrumentos necessários a um sector turístico sustentável, que garanta o desenvolvimento económico, a preservação do ambiente natural e humano e que contribua para o ordenamento do território insular e para a atenuação das disparidades entre os diversos espaços constitutivos da Região.

Como habitualmente, a €mpreender conta com a colaboração de diversas personalidades ligadas ao contexto empresarial. Neste número são abordados temas ligados ao turismo, à simplificação legislativa e administrativa, à gestão empresarial e ao empreendedorismo, sendo ainda apresentadas algumas realidades empresariais açorianas.

Arnaldo Machado

Director Regional de Apoio à Coesão Económica

MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES
Secretária de Estado da Modernização Administrativa

Secretária de Estado da Modernização Administrativa. Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutorada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde é Professora Catedrática. É Vice-Presidente da Associação Internacional de Direito Económico (AIDE). Foi Professora Convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Foi Presidente do Observatório do Comércio do Ministério da Economia. Foi Perita da Comissão Europeia para elaboração de um Relatório sobre o Ensino Superior em Angola e Moçambique e Presidente da Comissão Permanente de Avaliação e Acompanhamento do Código de Boas Práticas Comerciais, celebrado entre a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e a Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição (APED). Coordenou diversos projectos de investigação nacionais e internacionais, nas áreas do Direito Económico e da Sociologia do Direito, tendo numerosas publicações nestes domínios. Comendadora da Ordem da Instrução Pública. Condecoração atribuída pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

Simplificar para competir

O que faz com que a simplificação legislativa e administrativa seja uma tarefa prioritária para muitos governos qualquer um de nós entenderá. Para além de facilitar a vida aos cidadãos e racionalizar a administração, reduz os custos de contexto para as empresas, contribuindo para tornar o país mais competitivo.

Por isso mesmo alguns programas de simplificação são especialmente dirigidos, por vezes mesmo em exclusivo, às pequenas e médias empresas, precisamente por serem estas a quem pesam mais, em termos relativos, os custos da burocracia. O impacto esperado é o de facilitar a entrada de novas empresas no mercado, o desenvolvimento da sua actividade e, finalmente, também uma saída mais rápida, se tal se mostrar necessário.

Simplificar não significa sempre, nem sequer a maioria das vezes, desregulamentar. Não implica desproteger valores de natureza social, ambiental ou outros interesses públicos que devam prevalecer sobre o interesse privado de cada empresa, como é o caso, da própria protecção da concorrência.

Simplificar significa tornar a regulamentação proporcional ao risco. Deixar as empresas escolherem entre pagar uma segurança acrescida (mesmo que desnecessária) ou utilizar formas mais simples e mais baratas para se relacionarem com os serviços públicos.

Não se justifica, por exemplo, que as exigências (informação, estudos de impacto, etc.), numa zona territorial relativamente protegida, sejam as mesmas para a aprovação de um grande projecto turístico ou para a mera construção de apoios agrícolas por um agricultor já instalado nessa mesma zona. Nem tão pouco que para construir uma moradia numa zona urbanizada se espere quase tanto tempo como para um prédio de 10 andares.

Nada impede que antes de criar uma empresa se consultem previamente um, dois ou três profissionais do sector e se avalie com eles o modelo, o risco e a forma de o gerir. Mas no momento de concretizar o negócio a burocracia deve ser reduzida ao mínimo.

O novo procedimento "Empresa na Hora" (www.empresanahora.pt), lançado em Julho de 2005, permitiu poupanças em tempo, custo e número de formulários exigidos. A constituição de sociedades faz-se com um único formulário, num único balcão e de forma imediata. O tempo médio de resposta da Administração é agora de 52 minutos em vez dos 45 dias anteriormente necessários. Desde Julho de 2006 é também possível criar uma empresa de forma totalmente desmaterializada ("Empresa Online") e sem necessidade de qualquer deslocação a um serviço público (www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/EOL).

Simplificar implica ainda tornar claros e transparentes os procedimentos, para facilitar o seu controlo pelos utentes do serviço. Muitas vezes não é o tempo de espera que se torna incompreensível, nem sequer a documentação exigida para instruir o processo. Entende-se que um grande empreendimento turístico ou industrial possa exigir controlos prévios relativamente exigentes. É, sobretudo, a falta de consolidação legislativa que torna labiríntica a compreensão do procedimento, bem como a opacidade do processo. É não se saber onde está, o que falta, quem é responsável por (não) decidir. É a falta de previsibilidade quanto ao tempo de conclusão de um procedimento.

Simplificar exige também suprimir os passos que não servem para nada, pedir apenas a informação indispensável, rever sistematicamente e com frequência a necessidade de praticar certos actos que perderam sentido ou duplicam

funções. Desde 30 de Junho de 2006, foi eliminada a obrigatoriedade de existência de livros de escrituração mercantil nas empresas (livros de inventário, balanço, diário, razão e copiador) e a imposição da sua legalização no registo comercial. O mesmo diploma eliminou a obrigatoriedade de escritura pública na vida das empresas, reduzindo os controlos de legalidade a um único e, consequentemente, poupando cerca de 65.000 escrituras por ano.

Simplificar exige igualmente rever a informação que é solicitada ao utente e verificar se a Administração já dispõe dessa informação. Por isso, a própria incomodidade com que as empresas olham cada vez mais para esta situação ajuda a detectar as redundâncias e a encontrar as alternativas. Foi o que aconteceu com as certidões que provam a inexistência de dívidas à segurança social ou ao fisco, uma medida do Simplex de 2006. Muitas soluções passam pela partilha de informação entre serviços públicos, como é o caso da "Informação Empresarial Simplificada" (www.mj.gov.pt/site_IES/site/home.htm).

E, finalmente, ajuda muito à simplificação concentrar o atendimento num só ponto, num só interlocutor. Integrar os processos de acordo com os acontecimentos de vida da empresa ou do cidadão, em vez de os separar em função da organização da administração pública. Se quero criar uma empresa, se pretendo licenciar o meu negócio é muito mais fácil se puder tratar de tudo num só local – como um Centro de formalidades de Empresas – e melhor ainda num só balcão (balcão "Empresa na Hora", "Documento Único Automóvel", "Casa Pronta" etc.).

Qualquer destes projectos revelou-se ainda importante do ponto de vista da colaboração entre diferentes serviços administrativos, contribuindo para quebrar os "silos verticais" e caminhar para uma administração mais colaborativa e em rede. Constituem um exemplo de ligação de back-offices e de aplicação do princípio do balcão único na relação com as empresas e cidadãos.

Com a "Empresa na Hora", por exemplo, passou a ser possível, para além do contacto com o registo comercial, o registo no cadastro, a segurança social e a administração fiscal, efectuar automaticamente um registo de domínio na Internet, a partir da firma escolhida, permitindo às novas empresas utilizar endereços de e-mail personalizados, criar uma página na Internet e ainda aderir a um centro de arbitragem de conflitos de consumo. Um ano depois da abertura do serviço, passou também a ser possível registar a marca em simultâneo ("Marca na Hora").

Simplificar parece simples mas não é. Depende de um esforço conjunto e permanente de todos os Ministérios, de muitos serviços em cada um deles, e das autarquias. Exige sobretudo uma nova atitude na relação da Administração com os seus utentes, sejam cidadãos ou empresas.

Se todos, no sector público, mas também no sector privado, formos ambiciosos nas nossas metas, estou certa que atingiremos mais depressa os objectivos da simplificação. Seremos capazes de inverter uma atitude excessivamente passiva perante o status quo, uma cultura administrativa demasiado virada para dentro, uma forma de legislar pouco preocupada com os encargos administrativos criados e com os impactos produzidos. E, finalmente, contribuiremos para reforçar a competitividade de Portugal.

ANTÓNIO BENSAUDE CASTRO FREIRE

Licenciado em Desenvolvimento Económico pela Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP) e Mestre em Estudos Europeus, Collège d'Europe, Bruges (Bélgica)

Desde 01 de Janeiro de 2000, Administrador do Grupo Bensaude

Outubro de 1985/1999, Funcionário superior da Comissão Europeia, em Bruxelas

1981/1985, Funcionário superior da Secretaria de Estado para a Integração Europeia. Responsabilidades na área da definição e condução das posições negociais Portuguesas, no sector agrícola

Grupo Bensaude: consolidação e diversificação

Vivemos hoje num mundo em que as organizações empresariais se devem ajustar à globalização (informação, transporte, tecnologia, circulação de meios financeiros), à aceleração dos processos e evoluções tecnológicas cada vez mais complexos e ao carácter muitas vezes efémero das suas valências.

Constitui, assim, motivo e tema de reflexão a já longa história do conjunto de empresas que designamos por Grupo Bensaude, a qual revela uma estratégia de sucesso, combinando visão, dinamismo e adaptabilidade, e que assegurou, até hoje, a permanência da sua propriedade no seio da mesma família, ao longo de sete gerações.

Data do início do século XIX (1819) a chegada aos Açores dos primeiros membros da família Bensaude, provenientes de Marrocos, e em busca de novas oportunidades de vida. Abraão, o pioneiro, posteriormente com seu irmão Elias e seu primo Salomão, foram os iniciadores das actividades e negócios que se vieram, mais tarde, a fundir no seio duma só empresa.

Numa primeira fase, actuaram como importadores e distribuidores de têxteis originários do Reino Unido e como exportadores de cereais e laranjas dos Açores. Estenderam, progressivamente, a sua actividade às áreas estratégicas do comércio marítimo e dos serviços de navegação e ao estabelecimento de depósitos de combustíveis (carvão) bem como a diversas actividades complementares (rebocadores e barcaças, reparações marítimas, navios cisternas, pesca da baleia).

Ao longo da segunda metade do século XIX, a firma, então denominada Bensaude & Cª, fundou a Parceria Geral de Pescarias (pesca e secagem de bacalhau e afins) e a Empresa Insulana de Navegação (linha regular de navegação entre Lisboa, Açores e Madeira). A empresa Bensaude envolveu-se, posteriormente, em projectos inovadores, de cariz agro-industrial, a par de investimentos, na área financeira e industrial, que contribuíram para a integração dos Açores na economia continental.

Em 1870, Bensaude e Cª transferiu a sua Sede para Lisboa, localização então considerada mais vantajosa, a partir da qual lançou novos empreendimentos, como o Banco Lisboa & Açores e a Companhia Nacional de Navegação. Em São Miguel, desempenhou um papel determinante na fundação e gestão da Fábrica de Tabaco Micaelense, Fábrica do Açúcar, Fábrica do Álcool, Companhia de Seguros Açoreana, Sociedade Açoreana de Transportes Aéreos (SATA) e Banco Micaelense (hoje Banco Comercial dos Açores).

Na área da energia, o Grupo Bensaude desenvolveu uma actividade pioneira e continuada desde 1916, data a partir da qual se iniciou a importação, armazenamento e fornecimento de carvão à navegação que demandava os portos de Ponta Delgada e Horta. Posteriormente, a partir de finais da segunda Guerra Mundial, com o declínio do consumo de carvão fornecido à navegação, a Bensaude & Cª adquiriu a sua primeira Instalação de Armazenagem de Combustíveis Líquidos, na Ilha de São Miguel, através da qual foi iniciada a comercialização de Fuelóleo, actividade que se tem mantido ao longo destes últimos 60 anos.

Na área do turismo, o Grupo Bensaude envolveu-se no início dos anos 30 na constituição da Sociedade Terra Nostra, com a construção do Hotel Terra Nostra, a aquisição e reabilitação do Parque Botânico adjacente e a construção, em 1939,

do Campo de Golfe Terra Nostra, o primeiro dos Açores. Posteriormente, foi adquirida e transformada em hotel uma antiga residência senhorial que resultou na abertura, em 1965, do Hotel São Pedro, na frente marítima da cidade de Ponta Delgada. Ao longo das décadas seguintes, este sector de actividade, considerado como prioritário em termos de desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores, foi objecto de um continuado esforço quer em termos de empreendimentos hoteleiros em São Miguel, Terceira, Faial e Lisboa, quer em termos de captação de fluxos turísticos no âmbito das actividades de promoção, organização de viagens, apoio à crescente procura de serviços em terra e no mar por parte de armadores de navios de cruzeiros e, ainda, aluguer de viaturas.

A diversificação de negócios (turismo, distribuição, ambiente) a par da consolidação das tradicionais actividades do Grupo Bensaude (navegação, transportes, energia) permitiu a continuação dum projecto empresarial, neste momento com perto de dois séculos de história. Esta estratégia, conduzida a partir da sede do Grupo entretanto regressada a São Miguel, constituiu, numa primeira fase, a reacção às nacionalizações sofridas em 1975 das quais resultaram a perda do património então detido pelo Grupo nas áreas da banca, seguros, transportes aéreos e indústria do tabaco.

A conjugação desta evolução com a maior abertura da economia e da sociedade açoriana e com as exigências resultantes de uma constante e crescente dinâmica concorrencial, veio colocar novas exigências em termos de gestão, organização, formação e desenvolvimentos tecnológicos.

A reorganização do Grupo Bensaude por áreas de negócios, através da constituição de três SGPS distintas (Marítima, Turismo, Participações), a par da constituição de estruturas transversais para as áreas dos Recursos Humanos, Tecnologias de Informação e Comunicação são exemplos duma constante preocupação com a profissionalização dos perto de 1000 colaboradores, actualmente ligados ao Grupo. Em paralelo, com a implementação destes processos de reorganização, procedeu-se ao recrutamento de um conjunto de quadros e demais colaboradores cuja formação e experiência profissional vieram fortalecer a nossa organização.

Os trabalhadores do Grupo Bensaude encontram-se distribuídos por São Miguel, Santa Maria, Terceira, Faial, Graciosa e Lisboa. Entre 2001 e 2005, foram criados, aproximadamente, 200 novos postos de trabalho, fruto, em larga medida, do investimento no sector hoteleiro.

O Grupo Bensaude possui um quadro de pessoal técnico qualificado, detentor de competências específicas nas várias áreas de negócio em que actua. Progressivamente, tem vindo a crescer o investimento na formação e desenvolvimento dos profissionais do Grupo. Em 2006, desenvolveram-se 146 acções de formação destinadas a colaboradores, o que representou um total de 11376 horas de formação.

O Grupo Bensaude continua a ser um grupo 100% familiar. A sua situação líquida ronda os 125 milhões de euros e o fundo de maneio consolidado ascende a perto de 16 milhões de euros.

Neste início de século XXI, com os Açores mais integrados na economia nacional, europeia e mundial, permanece a convicção por parte dos accionistas e administradores do Grupo Bensaude que a sua ligação e especial sensibilidade à realidade Açoriana constituem um valor a preservar. Cientes de que o processo de abertura das economias é, hoje, uma realidade incontornável, entendem que os seus recursos e os seus conhecimentos devem continuar ao serviço das ilhas em que os seus antepassados encontraram, vai para dois séculos, a oportunidade de viver, trabalhar e prosperar.

Com essa preocupação, o mote da nossa organização é hoje o de reforçar a coesão dos nossos colaboradores, dispersos por 23 empresas distintas, entre ilhas dos Açores e Continente Português. E é, também, o de preparar os mesmos colaboradores para o permanente e exigente processo de mudança em que estaremos inseridos, hoje e amanhã.

Pautando-nos, assim, por valores de trabalho, de abertura e de solidariedade com a realidade Açoriana, a estratégia prosseguida pelo nosso Grupo pretende conciliar os legítimos objectivos de valorização dum património secular com os não menos desejáveis propósitos de progresso económico e social da Região e dos seus habitantes.

CARLOS SANTOS

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa; M. A. e Ph. D. em Economia Regional pelo Regional Science Department, University of Pennsylvania.

Professor Catedrático da Universidade dos Açores (Economia do Turismo), é também Professor Convidado da Universidade de Toulouse, França.

Presidente do Observatório Regional do Turismo.

O Observatório Regional do Turismo:

uma parceria eficaz no contexto de um modelo de Turismo Sustentável na Região Autónoma dos Açores

Os indicadores da procura e da oferta do sector do Turismo na Região Autónoma dos Açores têm vindo a crescer, nos últimos tempos, a taxas relativamente elevadas no contexto das regiões portuguesas.

Isto é o resultado da conjugação de vários factores favoráveis, tais como:

- As novas tendências da procura turística internacional, que premeiam destinos alternativos novos, capazes de satisfazer turistas pertencentes a segmentos que valorizam os aspectos ambientais;
- As políticas públicas, que têm estimulado o investimento no sector do turismo, a promoção do destino Açores e a qualificação da oferta turística;
- A presença de uma companhia aérea regional, a SATA, favorecendo as ligações aéreas com os principais mercados emissores de turismo para a Região;
- A inserção geográfica dos Açores no espaço da União Europeia, que têm implementado medidas com impactes, directos e indirectos, positivos sobre o turismo, sobretudo em matéria de mobilidade facilitadora do turismo intra-regional europeu e de diminuição do risco ligado ao investimento turístico;
- O crescimento espectacular do turismo internacional, o qual, segundo as estatísticas da Organização Mundial de Turismo, no ano de 2005, Assim, e apesar de ser um sonho vendido em pacote aos turistas, o turismo continua a crescer, movimentando milhões de pessoas em todo o mundo e tornou-se num dos sectores do comércio internacional de bens e serviços que tem demonstrado maior dinamismo, como revelam as estatísticas do turismo a nível mundial.

No entanto, esse crescimento continuado de longo prazo tem exibido flutuações da actividade turística, ou ciclos turísticos, no curto prazo, como demonstra a análise da evolução das chegadas de turistas internacionais e das receitas do turismo internacional nos destinos turísticos mundiais por décadas.

Assim, o início do turismo internacional, na década de 50, foi marcado pelo crescimento do turismo de massas, a taxas particularmente elevadas, o qual passou a estar integrado no contexto das políticas de crescimento, adoptadas pelos vários países do mundo. Todos os governos, quer os dos países mais desenvolvidos, quer os dos países em desenvolvimento, publicitavam apenas os benefícios do turismo, sem mencionarem os seus aspectos negativos, e vendiam esse "sonho" aos respectivos eleitorados.

No entanto, a partir do final da década de 60, começaram a surgir as primeiras críticas à dimensão dos efeitos positivos do turismo como agente catalizador do desenvolvimento, as quais, a partir de inícios da década de 70, passaram a ser publicadas na literatura da especialidade sobre turismo e desenvolvimento, com a apresentação de numerosos estudos de casos. As taxas de crescimento dos principais indicadores do turismo internacional também baixaram.

Na década de 80 as preocupações em matéria ambiental foram, claramente, reconhecidas, tendo sido explicitadas na necessidade de se adoptar um novo modelo de desenvolvimento, respeitador do ambiente, conhecido por modelo de desenvolvimento sustentável. Transposto para o sector do turismo esse modelo implica a sustentabilidade económica, ambiental e social do turismo.

Deste modo, a teoria dos stakeholders, importada das modernas teorias de gestão empresarial, passa a ser aplicada aos destinos turísticos. De acordo com essa teoria o desenvolvimento turístico sustentável passa por uma intervenção activa de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento turístico, mais concretamente, os empresários, os responsáveis pelas políticas de turismo, os residentes dos destinos turísticos e os próprios turistas. A incorporação dos princípios de sustentabilidade nos modelos tradicionais de crescimento do sector do turismo exige, assim, um planeamento turístico dinâmico, baseado em parcerias activas e eficazes entre entidades públicas e privadas. E este planeamento partilhado torna-se ainda mais importante em pequenas regiões insulares frágeis, como a Região Autónoma dos Açores.

É neste contexto, de parcerias estratégicas, que surge o "Observatório Regional do Turismo (ORT)", uma instituição privada, sem fins lucrativos, cujos sócios fundadores, são a Universidade dos Açores, a Associação de Turismo dos Açores (ATA) e a Região Autónoma dos Açores.

Mais concretamente, o "Observatório Regional do Turismo" surge no seguinte enquadramento estratégico:

Enquadramento Estratégico

O Turismo possui um peso cada vez mais significativo na economia Açoriana, resultado do seu recente enquadramento nas estratégias de desenvolvimento da R.A.A..

Isto implica:

Preparar este sector, nascente na Região, para os novos desafios decorrentes da crescente competição e globalização.

Contribuir para uma dinâmica de crescimento, a qual exige um acompanhamento mais sofisticado da evolução do sector, que permita dar as respostas necessárias, atempadamente.

Ajudar os agentes do sector do turismo da Região a adoptarem práticas fundamentadas em informação e conhecimento, que se transformem numa fonte de vantagens competitivas nos seus mercados alvo.

Abrir novos horizontes no processo de desenvolvimento sustentável do turismo na Região, através de políticas, baseadas em parcerias público-privadas solidamente fundamentadas.

Utilizar a informação estatística como um instrumento fundamental para a correcta definição e avaliação de medidas e políticas públicas e iniciativas empresariais regionais;

Facilitar a actividade dos agentes económicos do sector na Região;

Focalizar no esbatimento de constrangimentos e fragilidades existentes no sector do turismo dos Açores, nomeadamente a nível de:

- Estruturação da oferta;
- Formação profissional;
- Dimensão do mercado interno;
- Fragmentação da estrutura empresarial;
- Planeamento;
- Acessibilidades;
- Investimento.

Explicitado o enquadramento estratégico em que surge o Observatório Regional do Turismo, vejamos, então, qual é a sua Missão?

Missão

A sua missão é:

Promover a análise, divulgação e acompanhamento da evolução da actividade turística, de forma independente e responsável, garantindo a idoneidade da sua produção técnico-científica, de modo a contribuir para um desenvolvimento sustentável do turismo na Região Autónoma dos Açores.

A Missão do Observatório Regional do Turismo revela-se, assim, bastante vasta. Torna-se, pois, fundamental perspectivar as suas áreas de actuação com base numa filosofia de actuação estratégica, que permita delimitar, com precisão, as acções mais importantes a desenvolver pelo Observatório.

Tendo em consideração estas preocupações, o Observatório Regional do Turismo define os seguintes vectores de actuação estratégica:

Vector I – OBSERVAR..., PARA CONHECER

Observar as fontes de informação estatística existentes, para construir um sistema próprio de produção estatística na área do turismo, onde se incluem análises de inquéritos de opinião sobre o turismo nos Açores, transformando o Observatório num pólo de agregação e de síntese dessa mesma informação.

No âmbito deste vector o ORT visa assegurar uma informação regular sobre:

- A evolução da actividade turística na RAA; e
- Os principais produtos turísticos da Região, disponibilizando dados segmentados, conjunturais e previsionais num barómetro, com regularidade trimestral.

Vector II – OBSERVAR..., PARA AVALIAR

Observar a informação estatística disponível, para avaliar a sua adequação às necessidades de informação sentidas pelos agentes do sector do turismo na RAA.

No âmbito deste vector o ORT pretende:

- Avaliar a informação estatística disponível, fazendo a análise, cruzamento e divulgação integrada, das várias fontes estatísticas sectoriais; e
- Avaliar as metodologias de análise existentes.

Vector III – OBSERVAR..., PARA INFORMAR

Observar a actividade turística na Região, para criar e desenvolver níveis adequados de transmissão da informação relevante, em tempo real, aos agentes que operam no sector do turismo da RAA.

No âmbito deste vector o ORT pretende:

- Organizar e manter um sistema de informação para o turismo, destinado, sobretudo, ao tratamento qualitativo dos dados relativos aos serviços turísticos;
- Divulgar, em tempo real, aos agentes do sector a dimensão e o conteúdo da produção estatística, regional e nacional, na área de turismo;
- Fornecer informação estatística aos seus associados, e ao público em geral;
- Disponibilizar dados informativos, estatísticos e analíticos, através de publicações regulares;
- Disponibilizar dados segmentados sobre a actividade turística na RAA;
- Promover reuniões científicas e de divulgação da actividade turística;
- Promover acções de divulgação de estudos e políticas, relativos à temática do turismo.
- Organizar e participar em seminários, encontros e sessões de debate, com base na informação produzida e nos estudos promovidos pelo Observatório;

Vector IV – OBSERVAR..., PARA ESTUDAR

Observar as necessidades de efectuar estudos sobre a realidade turística na Região, de modo a garantir a sua implementação, assumindo, assim, o seu papel de organismo incentivador, produtor e divulgador dessa investigação a nível regional.

No âmbito deste vector o ORT tem o objectivo de:

- Promover a investigação científica sobre a actividade turística na Região Autónoma dos Açores;
- Realizar estudos sobre temas de interesse para o sector na Região;
- Apoiar a comunidade académica e científica regional, através da articulação do ORT com unidades de investigação universitárias, com associações empresariais e com associações de Desenvolvimento Regional e Local, nos termos a estabelecer em protocolos de colaboração.

Vector V – OBSERVAR..., PARA FORMAR

Observar o mercado de trabalho do sector do turismo da RAA, de modo a contribuir para a formação e qualificação profissional de todos os agentes que nele intervêm e, para fomentar a cultura turística da população açoriana

No âmbito deste vector os objectivos do ORT são:

- Promover acções de formação dirigidas aos trabalhadores, empresários e entidades responsáveis do sector do turismo na R.A.A;
- Promover Cursos de Pós-Graduação em turismo;
- Oferecer Cursos Breves sobre temas de interesse para os empresários do sector do turismo;
- Oferecer Workshops temáticos;
- Promover conferências e encontros internacionais sobre a temática do turismo.

Vector VI – OBSERVAR..., PARA ACONSELHAR

Observar as políticas regionais com impactes no sector do turismo, para poder exercer as funções de Conselho Consultivo para o turismo, de todas as entidades públicas da Região com responsabilidades nesse domínio, promovendo a avaliação dessas políticas e o aconselhamento na elaboração de novas políticas.

No âmbito do Vector VI os objectivos do ORT são:

- Contribuir para o crescimento sustentável do turismo na Região, ou seja, para o crescimento das actividades turísticas, simultaneamente em termos económicos, sociais e ambientais.
- Avaliar, com estudos técnico-científicos rigorosos, os impactes do turismo na economia Açoriana.
- Apoiar a internacionalização do sector do turismo regional, através da participação do ORT em reuniões internacionais sobre a definição das políticas turísticas da União Europeia (EU) e das políticas turísticas da Organização Mundial de Turismo (OMT);
- Promover encontros com especialistas mundiais da OMT e da EU, para aconselhamento sobre políticas de turismo específicas para a Região.

Os objectivos estratégicos apontados permitem identificar dois tipos de actividades promovidas pelo Observatório Regional do Turismo, nomeadamente:

Actividades Regulares

- Implementação de Inquéritos sobre a satisfação geral dos turistas com o destino Açores e sobre a sua satisfação específica com a oferta turística regional;
- Produção de um Barómetro da actividade turística;
- Publicação Semestral sobre a evolução do Turismo;
- Construção de uma Página do Observatório na Internet.

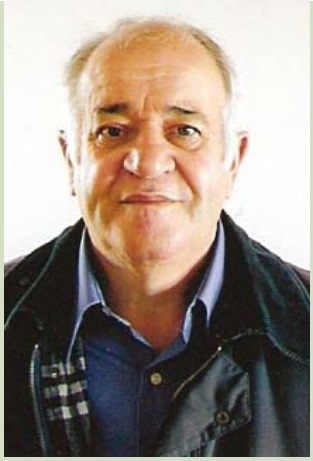
Actividades Periódicas

- Elaboração de Estudos sobre a temática do turismo.
- Promoção de uma Conferência Internacional, em cada ano de actividade, bem como de Seminários e Workshops temáticos.
- Promoção de cursos e outras actividades de formação na área do turismo, em colaboração com outras entidades competentes em matéria de ensino e de formação profissional.

Concluindo, o projecto do ORT é um projecto ambicioso, que implica o envolvimento de todos os parceiros, para além dos representados pelos seus membros fundadores. Assim, ele pressupõe o estabelecimento de parcerias com o poder local, com os empresários, com os órgãos estatísticos regionais, com os trabalhadores do sector do turismo, com as Organizações Não-Governamentais (ONGs), directa, ou indirectamente, ligadas ao sector e, até, com os próprios turistas, sobretudo os que nos visitam.

Gostaríamos de destacar o papel fulcral que assume a garantia de uma colaboração eficaz entre o ORT e o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), destinada a facilitar a prossecução dos seus objectivos. Como facilmente compreendemos, os objectivos do ORT e do SREA nesta matéria não são nem substitutos, nem divergentes, mas sim complementares. O SREA tem desempenhado o seu papel fundamental de recolha, tratamento e divulgação das estatísticas do turismo, as quais são ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento da actividade do ORT. Por isso alertamos, desde já, para a necessidade dessa parceria fundamental e mutuamente enriquecedora. Também acentuamos a importância do estabelecimento de parcerias com a Associação de Hotéis de Portugal (AHT), com a Associação Portuguesa de Agentes de Viagem e Turismo (APAVT), com a Ana Aeroportos de Portugal, com a SATA, com a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, com a Direcção Regional de Turismo, com a Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica, com a Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, com as Universidades, com os "Convention and Visitor's Bureaus", com outros Observatórios de Turismo, com as Associações de Desenvolvimento Regional e Local, com a Associação de Turismo em Espaço Rural, "Casas Açorianas" e com todos os outros organismos nacionais e internacionais, que desejem colaborar connosco.

O futuro do Observatório Regional do Turismo é o fruto dessas alianças estratégicas, portadoras de valor acrescentado para todos os parceiros envolvidos, interessados no desenvolvimento turístico sustentável do destino "Açores".



Manuel Rita

Responsável pela coordenação de recursos humanos de empresas na área das empreitadas de obras publicas e particulares nos E.U.A. no período de 1972 a 1982. Trabalhou na construção civil durante10 anos nos E.U.A. Foi Presidente da Câmara do Corvo entre 1993 e 2001. Actualmente dedica-se, como empresário, à área do Turismo (hotelaria).

Manuel Rita

Como pessoa que tem acompanhado nas últimas décadas a evolução da economia nos Açores e na ilha do Corvo em particular, quais os aspectos mais relevantes que, na sua opinião, marcaram esse processo de desenvolvimento e como perspectiva o futuro dos Açores e da ilha onde desenvolve a sua actividade?

Antes do mais, importa fazer sobressair que os Açores e, nestes, em particular a ilha do Corvo, ainda se encontram muito aquém do desejado desenvolvimento e dos patamares próximos das médias – sequer as mais modestas – no contexto da União Europeia.

Muitos passos têm sido dados no sentido de se encurtarem distâncias, porém a tónica dominante continua a ser a de nos reconduzirmos a uma zona ultraperiférica, com todas as dificuldades subjacentes.

Seja como for, não é possível escamotear o desenvolvimento que as nossas ilhas têm conhecido, com particular evidência na última década. Não quero passar por cima das dificuldades que se colocaram aos açorianos na *arrancada da Autonomia*, mas, indubitavelmente, só na última década se constatou uma maior abertura dos Açores ao mundo e à diminuição da *ponte* com o Continente, verificando-se uma maior valorização e aposta no factor humano.

O processo de desenvolvimento verificado assenta, em meu entendimento, na prévia constatação de que podemos e sabemos fazer tão bem como os outros. Vejam-se os nossos jovens, hoje, cada vez mais, a quererem fixar-se nos Açores depois de terem ido estudar para fora. Este é o primeiro sinal de que algo vai bem melhor ao nível do desenvolvimento económico e social das nossas ilhas.

Determinante, foi o aproveitamento das disponibilidades que nos foram proporcionadas pelos Fundos Comunitários de Apoio, tendo-se derivado da *monocultura da vaca* para os serviços e para o Turismo, com a introdução e rentabilização das novas tecnologias. Com isto, assistiu-se a uma melhoria significativa das acessibilidades (em particular as aéreas), com mais gente a chegar e a sair do Arquipélago.

Estando ligado ao ramo empresarial como desenvolveu o seu percurso ao nível empresarial e pessoal?

O meu percurso como empresário só nos últimos três anos começou a delinear-se, face à evidência dos parcos recursos da ilha do Corvo, muito mais acentuados em domínios tão essenciais como o da restauração e hotelaria.

Fui presidente da Câmara Municipal do Corvo durante oito anos, no período de 1994 a 2002. Quando decidi retirar-me da vida política activa, cedo descobri que também não podia ficar parado, em frente à televisão, vivendo de recordações. Deitei mão à ideia de criar um estabelecimento de hotelaria com as condições hoje em dia tidas por indispensáveis por qualquer viajante, desloque-se este em trabalho ou por puro lazer. Modéstia à parte, a *Guest House* "Comodoro" constituiu uma surpresa para todos, a começar pelos próprios residentes na ilha do Corvo. Foi possível edificar um estabelecimento que, à dimensão do Corvo, não envergonha ninguém, dispondo de 7 quartos e 4 apartamentos turísticos, todos com wc privativo, tv, Internet, mini-bar, ar condicionado, e usufruindo das modernas condições de isolamento e segurança, incluindo luzes e sistemas de alarme de emergência, além de um pequeno almoço tradicional e bar aberto.

A ideia inicial ganhou corpo e o percurso empresarial ainda vai dando, como se vê, os seus primeiros passos, com a responsabilidade acrescida de ser o

único estabelecimento hoteleiro existente na ilha do Corvo, o que nos leva a estar sempre atentos para mantermos todos aqueles parâmetros de qualidade.

Quais as maiores dificuldades sentidas por quem desenvolve uma actividade empresarial na ilha do Corvo e que desafios se colocam a quem quer criar uma empresa/um negócio na ilha?

As maiores dificuldades para qualquer negócio no Corvo prendem-se, naturalmente, com o seu isolamento, muito acentuado no período de Inverno. É muito complicado ter de lidar com cancelamentos de voos da SATA, com turistas e ou profissionais sem poderem chegar, ou com as condições marítimas a impedirem, por vezes, que aportem os bens alimentares de primeira necessidade.

Depois, pensar um investimento no Corvo significa, à partida, fazer contas a triplicar, em relação a quaisquer outros locais, pois tudo aqui é mais caro. Se quiser fazer uma obra, não há areia; se quiser diversificar na oferta de restauração, não há fruta ou legumes. A produção própria na ilha é, basicamente, de subsistência. Não basta, portanto, o crédito ou o bom nome de que se possa beneficiar na sociedade ou na Banca. A vontade de vencer nunca pode esmorecer. Quem quer criar um negócio no Corvo tem de lidar muito bem com os factores condicionantes naturais, sob pena de fechar… no primeiro mês de actividade. E tudo, evidentemente, depende também da dimensão do negócio que se pretende, do conhecimento dos factores de mercado que se possui, da formação profissional que se obteve ou está disposto a adquirir e do público alvo.

O Governo Regional tem prestado uma particular atenção ao reforço da coesão económica no espaço regional, promovendo uma discriminação positiva dos apoios ao investimento, em benefício das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo. Qual considera ser o impacto desta medida na dinamização da economia do Corvo e como encara o contributo dos sistemas de incentivos ao investimento nos Açores?

Perante todos os condicionalismos que já descrevi, não fora a existência de sistemas de incentivos regionais ao investimento nos Açores, só quem já dispusesse de um bom e consolidado património de base poderia almejar uma actividade empresarial. Os incentivos que têm sido proporcionados pelo Governo Regional – e aos quais igualmente me candidatei – são decisivos para o investimento preconizado, não só pela dimensão económica e financeira que representam, mas, sobretudo, pela credibilidade que conferem ao investimento, pois a sua percepção encontra-se enquadrada por um conjunto de regras de controlo e de qualidade muito bem definidas e balizadas. Quem cumpre os objectivos traçados, tem meio caminho andado para o sucesso.

Obviamente que a *discriminação positiva* protagonizada pelo Governo Regional no que toca às "ilhas da coesão" representa um factor decisivo para o seu desenvolvimento e para a concretização da Autonomia.

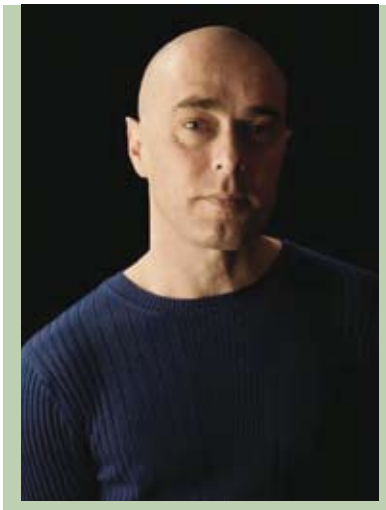
Temos condições excelentes para o turismo de caminhadas: descubram-se os trilhos turísticos. Temos condições ímpares para o mergulho: aposte-se em nichos de mercado que procuram novas descobertas, mergulhar em *mares* diferentes.

O Turismo é hoje encarado na Região como um dos principais sectores estratégicos para o desenvolvimento regional. Como vê o desenvolvimento deste sector na ilha? O que se pode fazer para que mais turistas cheguem ao Corvo?

A ilha do Corvo, ao contrário do que se possa, eventualmente, pensar, tem um potencial enorme no domínio do Turismo.

Não se trata, naturalmente, de *massificar* a procura. Trata-se, apenas e tão só, de procurar oferecer a quem nos visita toda a nossa *genuinidade*.

Temos condições excelentes para o turismo de caminhadas: descubram-se os trilhos turísticos. Temos condições ímpares para o mergulho: aposte-se em nichos de mercado que procuram novas descobertas, mergulhar em *mares* diferentes. Temos possibilidade de reintroduzir no Corvo uma pequena produção ligada à, tão na moda, *agricultura biológica*: assim estejam as nossas entidades sensibilizadas para voltar a apostar em factores de produção que a história do Corvo nos revela já terem sido rentáveis. Precisamos de mais camas: viabilizem-se novos empreendimentos e aproveite-se o centro histórico do Corvo para *turismo de habitação*, investindo-se na recuperação de toda aquela área degradada, que já nos vai envergonhando. A ilha do Corvo pertence ao *Grupo Ocidental* dos Açores, aproximem-se, Flores e Corvo, e canalizem mutuamente toda a procura turística, sobretudo de Verão, introduzindo-se meios de transporte rápidos e baratos, do tipo "lanchas" e com apoios à desburocratização. Passa por aqui muito do desenvolvimento do sector turístico na ilha do Corvo.



RUI GOULART DE ALMEIDA

Licenciado em Arquitectura pela Universidade Técnica de Lisboa e Associate of Architectural Engineering Technology, pela Roger Williams College, pertence à direcção de diversas associações, no domínio das artes e outros. Deu aulas ao terceiro ciclo do ensino básico e no ensino profissional, sendo actualmente colaborador da Secretaria Regional da Economia, onde é responsável pela apreciação de projectos de empreendimentos turísticos, entre outras actividades.

A imagem e arquitectura do Gabinete de Empreendedor

Quando o Director Regional de Apoio à Coesão Económica, Dr. Arnaldo Machado, me apresentou a ideia dos Gabinetes do Empreendedor, fiquei, de imediato, preso ao projecto. Era impossível dizer não à pessoa, à qual guardo muito respeito e amizade, e que representa o dinamismo, a qualidade e a visão que os tempos exigem. Era também impossível recusar a proposta, qual epíteto da democracia, onde a aproximação do Estado à realidade faz-se nas texturas de cada local, sob a égide da igualdade de oportunidades para todos.

Ideia simultaneamente simples e quase impossível. Nada mais fantástico que espalhar no território Açoriano um espaço igual em tudo e igual a todos. No entanto, respeitar a especificidade de cada ilha, sem perder a unidade do arquipélago, objectivo principal do projecto, não se apresentava fácil.

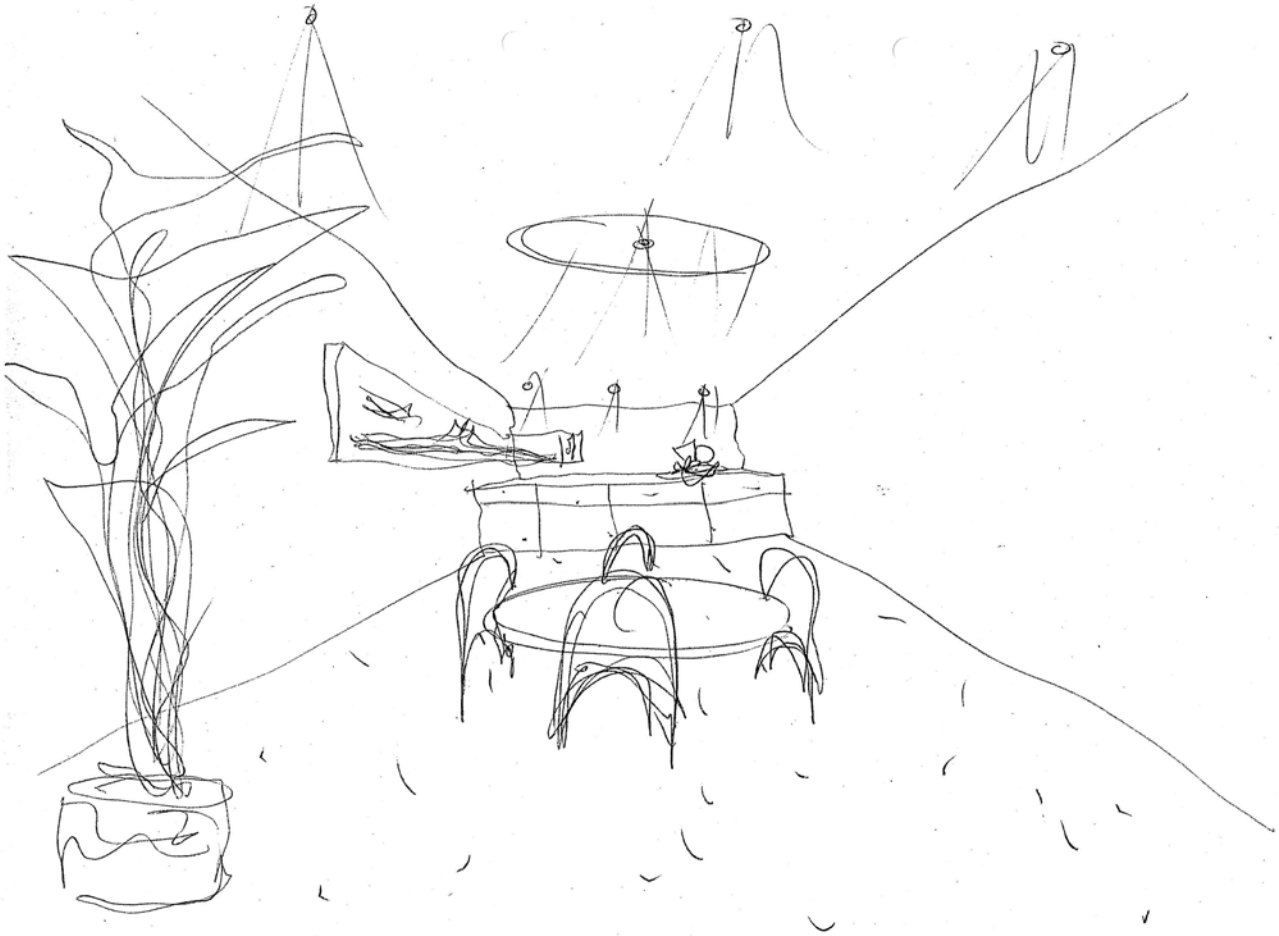
Um período necessário de gestação, onde cada local de possível implantação do Gabinete do Empreendedor foi minuciosamente estudado e dissecado, precedeu as escolhas das respectivas localizações. Acresce que uma imagem do GE, enquanto entidade, impunha-se, apresentando e crivando um rosto desta nova entidade, pública, num mundo de múltiplas e profusas mensagens.

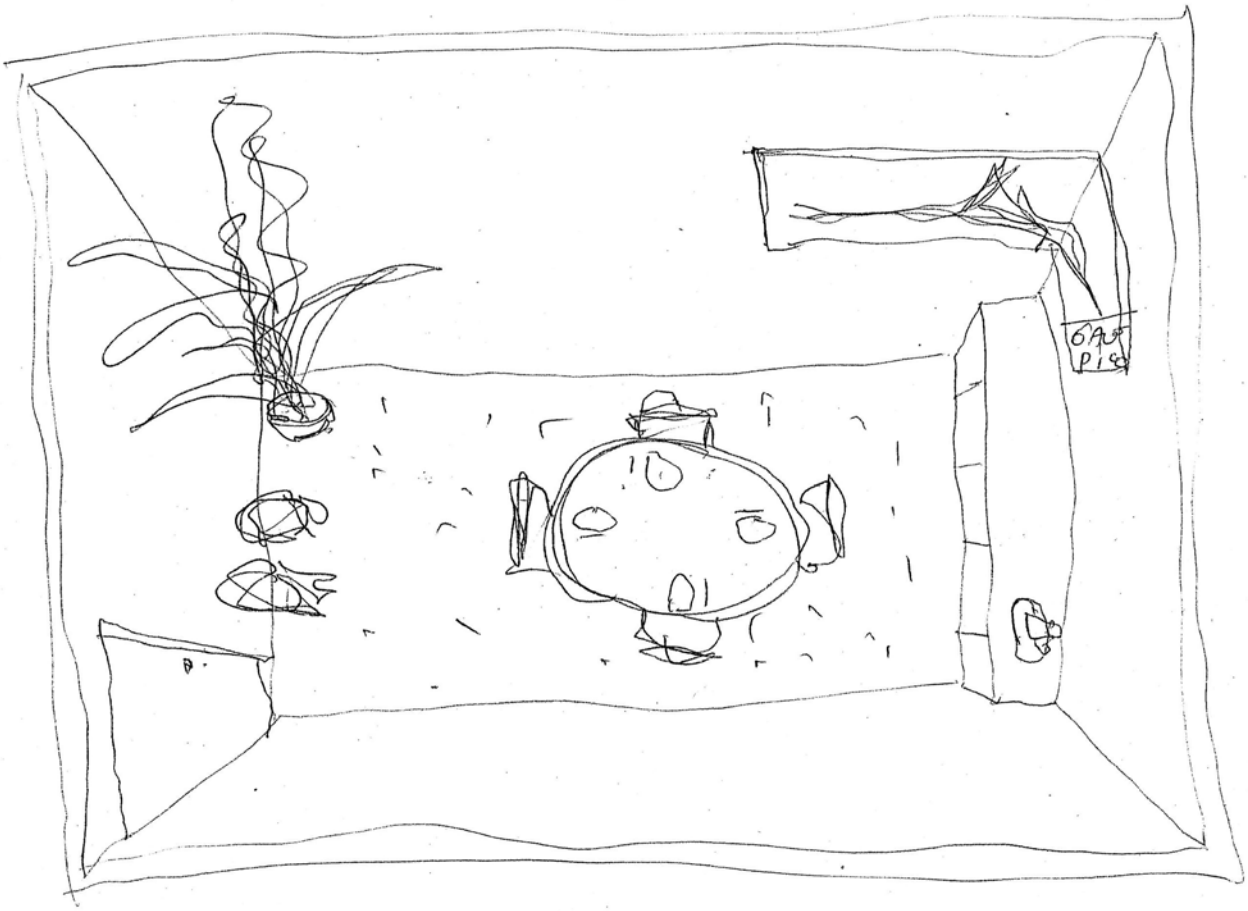
Em termos directos, criar um espaço, igual em imagem e funcionalidade em oito ilhas do arquipélago Açoriano, inserindo-os em organismos existentes da Secretaria Regional da Economia, serviços de Ilha ou Delegações de Turismo, e conceber um logótipo que compreendesse a ideia do empreendedorismo Açoriano contemporâneo.

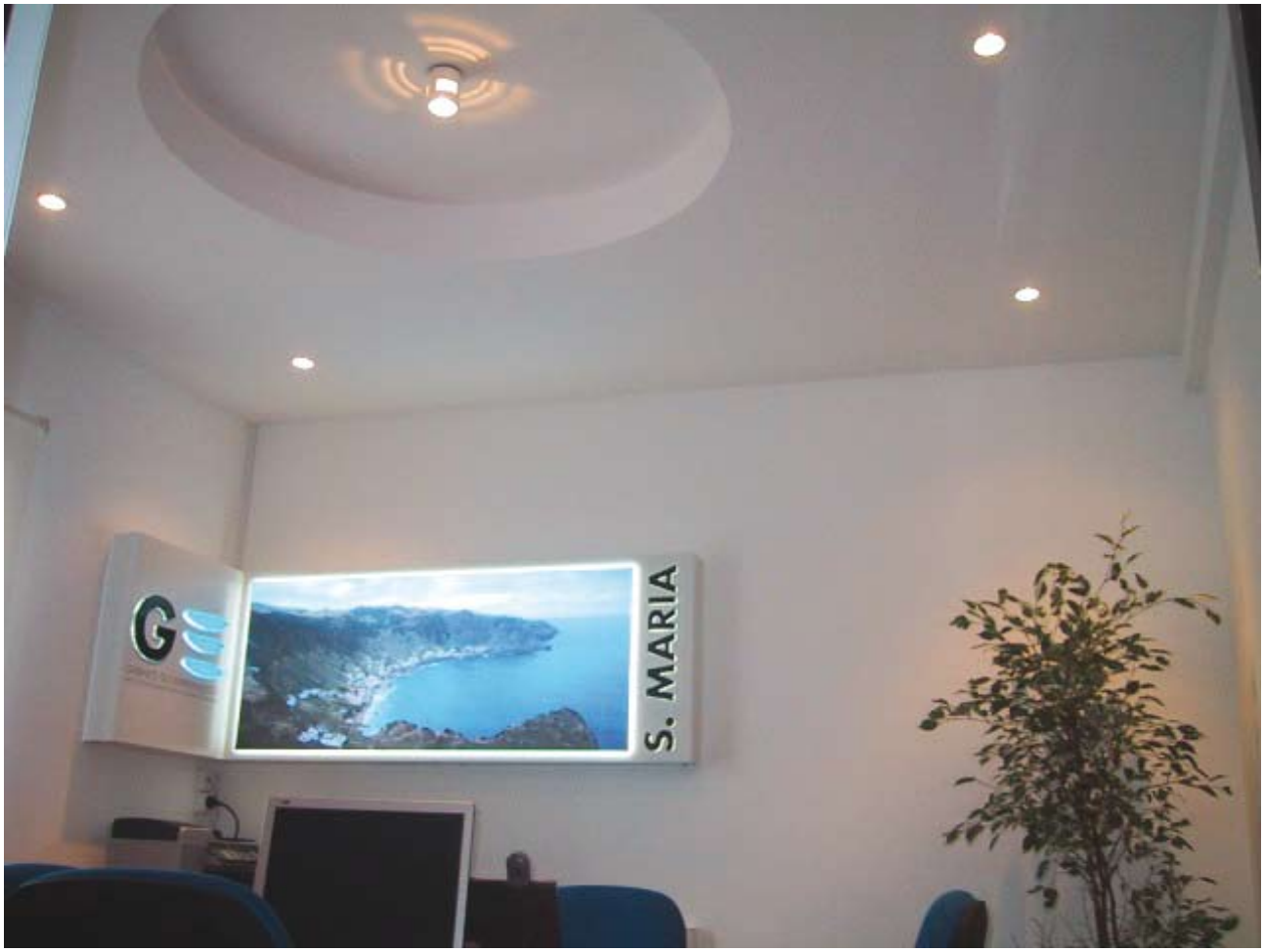
Em poucos traços, compôs-se um espaço tipo que seria aplicável, com circunstanciais adaptações, a cada local seleccionado. Centrando, como o deve, nas pessoas, o espaço focaliza a acção dos intervenientes, colocando-os, em pé de igualdade, numa mesa redonda, onde todos assumem a mesma importância e preponderância, iluminada por uma "cúpula" de luz que a fixa. Entre o branco predominante, nas paredes, tecto e estores, que anula a particularidade, valorizando a unidade espacial, o azul fresco do pavimento, em alcatifa, que atribui maior calma auditiva, e das cadeiras, e o calor da faia do mobiliário, os empresários, actuais ou futuros, e os técnicos desfruirão de um ambiente calmo, sintético e positivo, num contexto de elevada qualidade e actualidade. A identificação a cada ilha faz-se através de um painel luminoso que liga o Gabinete do Empreendedor ao local com uma imagem, paisagem ou povoado. A unificação a nível do arquipélago é, desta forma, total, sem que se perca o sentido do particular, algo precioso nos nossos dias de globalização.

O logótipo, a "face móvel" do Gabinete do Empreendedor, simboliza a unidade entre o cidadão empreendedor e o Estado, onde a criatividade do primeiro, firmado em três traços livres azuis, e a solidez do segundo, o Estado, a preto, a consubstancia. O fundo em branco (papel) ou em transparência (acrílico) simbolizam a "totalidade" e a "justiça".

Em suma, o Gabinete do Empreendedor, enquanto espaço, unifica e distingue os Açores ante si e os outros, numa dinâmica cultural arquitectónica simultaneamente pertença a nós e ao mundo.






S. MARIA

FLORES

Mudanças na Gestão Empresarial

ANTÓNIO MAIO

Licenciatura em Economia pelo ISE

Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (DREPA) de 1 de Setembro de 1992 a 1 de Outubro de 1983.

Docente, desde 1 de Outubro de 1982, na Universidade dos Açores – Departamento de Ciências Agrárias

Vice-Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo de 01.01.91 a 01.02.97

Director Geral Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, a partir de 01.11.1984

Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, desde Dezembro de 2006.

Como dizia um conceituado professor de Economia, nesta ciência há que distinguir dois grandes ramos de análise, a microeconomia e a "má economia".

Com isto, não se pretendia desvalorizar o contributo das modernas correntes do pensamento económico que ajudaram à modelação das variáveis fulcrais para uma correcta percepção e diagnóstico dos principais problemas relacionados com a procura de um modelo mais sustentável de sociedade, como sejam os do crescimento e desenvolvimento económico, da repartição do rendimento e a sua utilização pelos diversos agentes, da balança de pagamentos, dos preços, do emprego e das contas públicas, tão determinantes no contexto da União Europeia. Apenas, evidenciar que é no tecido empresarial, privado ou público, que se gera o valor acrescentado, essencial à criação de riqueza, para que, então, sim, a macroeconomia possa fazer sentir o seu nível de influência.

É conhecida a fragilidade do tecido empresarial regional, quando confrontado com um mercado de somente 241.763 pessoas (dados do Censo de 2001), disperso por nove Ilhas, de desigual dimensão e sujeitas à forte influência da globalização, com todos os seus efeitos benéficos (diversidade na oferta) e os menos benéficos (acréscimo de concorrência, suportada por custos salariais mais competitivos). Contudo, o número de empresas tem registado um significativo acréscimo, cresceu de 2.204 para 2.979 unidades, entre 1996 e 2003. Mas, um problema subsiste, o nível de organização e de competências direccionadas para a gestão, tão necessárias para responder com eficácia aos desafios da constante mudança com que são confrontadas, fica, normalmente, preterido em favor do improviso, da intuição comercial, numa crença quase absoluta na obsoleta Lei de Say (a oferta cria a sua própria procura), o que acaba por gerar tensões internas, quantas vezes inultrapassáveis e ruinosas para o próprio negócio. Duas áreas de intervenção, de que o tecido empresarial está bem carecido, merecem-nos uma pequena reflexão:

a. Modelo Contabilístico, como elemento para a tomada de decisões estratégicas.

b. O impacto da gestão de projectos no desempenho das empresas.

Sobre o primeiro ponto, importa ter a noção de que a contabilidade não deve ser mais encarada como um fim em si mesmo, pois o seu objectivo é instrumental, visa informar e enformar a gestão. Há que acautelar a necessidade de garantir uma contabilidade fiável e que preste informações úteis a todas as partes, superando "vícios" e dando suporte à desejável e inevitável mudança. Nos modernos conceitos de gestão, já se perspectiva a passagem da actual contabilidade quantitativa a outra que abranja ponderações de ordem qualitativa, enriquecendo a qualidade da informação. A nova contabilidade, por contraponto à tradicional (mais virada para o controlo de bens patrimoniais, sendo o capital próprio a expressão da diferença entre o que se possui e o que se deve), tende a tornar-se mais prospectiva, quase adivinhando o futuro, preocupada com a realidade e a actualização dos valores que hão-de vir. Verifica-se, aliás, um largo consenso entre os profissionais ligados à área da gestão, de que o modelo contabilístico adoptado pelas empresas e suportado por critérios de fiabilidade (rigor na informação) e de celeridade (no mínimo, devem existir contas mensais), tem uma grande utilidade para a tomada de decisões estratégicas, tanto mais que se aproxima a eventual aplicação das

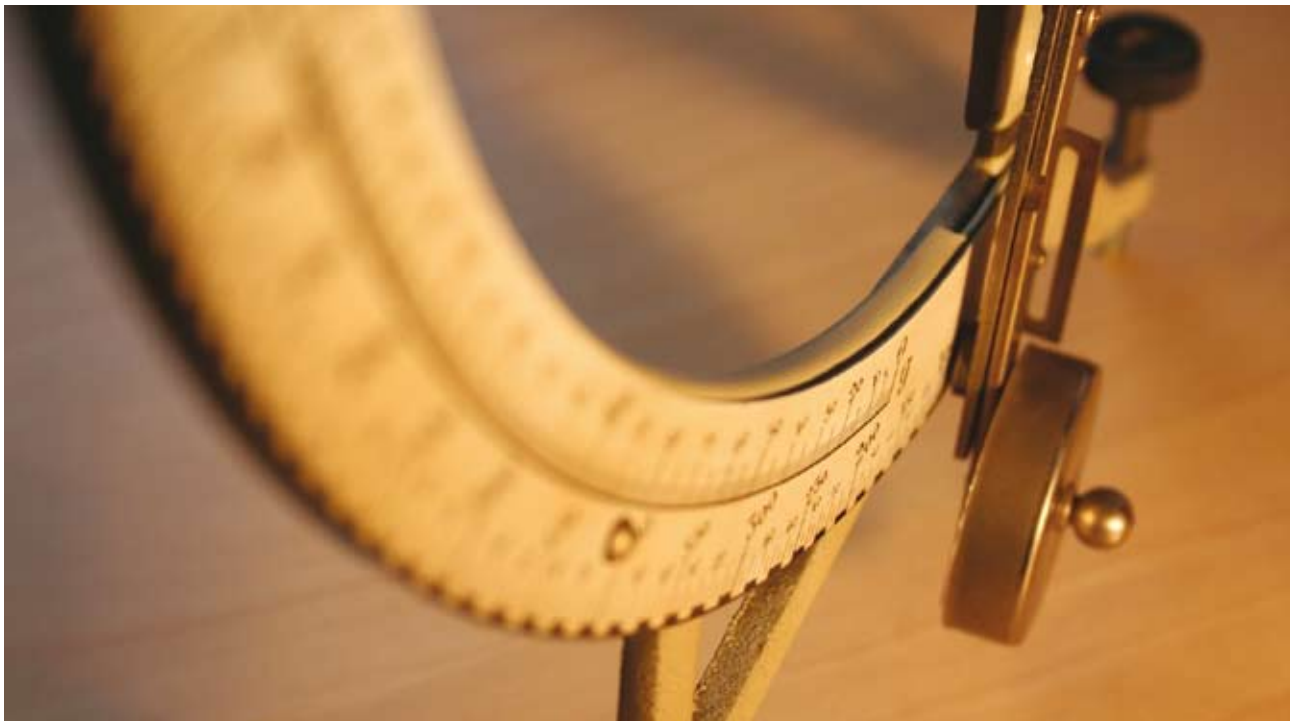
normas internacionais de contabilidade (NIC), para efeitos de relato internacional, já que a legislação determina a manutenção do normativo nacional, para efeitos fiscais. Em síntese, factores e mudanças que fazem crescer a complexidade, introduzindo alguma perturbação num sector, que, é justo reconhecer, bastante tem lutado contra o imobilismo, só que nem sempre com proveitos para as empresas e empresários. A pergunta impõe-se e é pertinente, como encaram as empresas regionais este desafio de considerar o modelo contabilístico como um elemento essencial de apoio à gestão? E, como pensam fazer face aos desafios das NIC's e à necessidade de informação de novos elementos de avaliação, alguns subjectivos, hipotéticos, teóricos, variáveis e à mercê de alterações conjunturais e estruturais, de dentro ou de fora da empresa? Esta reflexão é fundamental, quando é sabido que um significativo número de empresas regionais, apenas encaram a contabilidade e as demonstrações financeiras, como uma obrigatoriedade fiscal e não como um elemento fulcral à decisão, de apoio à gestão, ao crescimento da produtividade e ao consequente sucesso do negócio.

O segundo ponto tem a ver com o impacto da gestão de projectos no desempenho dos negócios.

Hoje é consensual admitir-se que uma significativa parte da actividade das empresas se centra na concepção e realização de projectos, seja para implementar novas soluções na estrutura existente, seja para criar novos produtos e serviços, visando alterações da própria estrutura produtiva. As empresas são constantemente pressionadas no sentido da inovação e da adaptação às novas realidade do mercado. Realizar projectos, outrora uma opção, é hoje, cada vez mais, uma inevitabilidade, que requer competências específicas. Pessoas, sistemas, regras, políticas, fluxos, documentos são aspectos dos processos que exigem um elevado grau de coordenação para que as organizações empresariais alcancem um grau acentuado de excelência operacional.

Os projectos de que falamos constituem o veículo de implementação da mudança e podem abraçar diversas áreas funcionais e diferentes sectores de actividade, desde os tradicionais projectos de investimento (em relação aos quais há que aferir da respectiva viabilidade económico-financeira, com destaque para a importância de um estudo de mercado bem fundamentado e realista) até aos projectos mais abrangentes, como sejam os dos serviços públicos, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a própria redução dos custos. A gestão de projectos constitui, pois, actualmente, uma vantagem competitiva da qual nenhuma estrutura produtiva pode prescindir, sendo mesmo reconhecida como um importante factor no aumento da produtividade, numa economia crescentemente globalizada. Dado que o sucesso dos projectos é essencial à revitalização do tecido empresarial, como podem as empresas desenvolver competências, processos e maturidade em gestão de projectos? Sendo esta uma matéria relativamente recente e de grande especialização, o que se recomenda é o recurso ao outsourcing, através de consultores especializados e que tragam significativo acréscimo de valor à gestão do projecto e ao próprio negócio.

Não basta ter empresas criativas, por vezes muito boas tecnologicamente, se em termos de gestão não houver práticas e processos bem estabelecidos, aquilo a que, habitualmente, se chamam as boas práticas, infelizmente, nem sempre presentes no dia a dia das nossas empresas. De nada adianta investir e construir se depois os resultados não aparecem. A nossa Região tem graves problemas ao nível da operacionalidade da estratégia. Ainda se vive um pouco no mito que é na componente técnica que reside o segredo do sucesso. Não se aposta em ferramentas de visibilidade de gestão e elas são a base da produtividade e de ultrapassagem dos vectores críticos do negócio.



O QRESA e a Construção Civil

ALBANO FURTADO

Engenheiro Electrotécnico – 1971, IST

Quadro Superior da EIE – Empresa Insular de Electricidade, S.A. – 1971-1975

Quadro Superior da EDP – Electricidade de Portugal, EP – 1975-1979, onde exerceu funções de responsável pelo Departamento de Projecto e Construção e Subestações da Rede Primária

Sócio-gerente de empresas do sector da construção, nos Açores, desde 1990

Presidente da Direcção da AICOPA desde 2004

1. Numa da últimas Assembleias Gerais da AICOPA – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores, foram divulgadas algumas das potencialidades do QRESA a vigorar na Região nos próximos sete anos, destacando-se a aposta na competitividade, na qualidade e na valorização dos Recursos Humanos. A necessidade da formação contínua dos trabalhadores, a importância do recrutamento de quadros superiores, nomeadamente de Engenheiros, Gestores e Economistas, a vantagem de implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade e de Sistemas de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, foram também salientadas. Deu-se destaque ao significativo valor das majorações que os projectos candidatos ao SIDER obteriam se, além disso, evidenciassem preocupações com a eficiência energética e com mais valias ambientais, o que poderia elevar a majoração dos benefícios até oito por cento.

Assim, iniciava a AICOPA uma cruzada de divulgação do QRESA, que sabemos longa e difícil.

Terminada a Assembleia-geral e durante uma das "intervenções" que costumam ter lugar fora da sala, um dos empresários disse: "Não preciso disso para nada; Não vejo vantagem em candidatar a minha empresa". A surpresa deu lugar à reflexão: Seria esta uma posição isolada ou seria representativa da maioria das empresas do sector?

2. Se atendermos a alguns dados característicos do sector somos levados a concluir que, infelizmente, muitas empresas estarão a pensar assim, pelo que o trabalho de divulgação é muito importante, senão vejamos:

Peso do Sector: 8,3% do VAB da RAA; 18% do emprego;

Dimensão de empresas: 85% com menos de 20 trabalhadores; 15% com mais de 20 trabalhadores;

Licenças do InCI (ex-IMOPPI): 934 empresas habilitadas, sendo 632 empresas possuidoras de Título de Registo (obras até 21.700 euros); e 302 possuidoras de alvará de construção (de classe 1 a 9).

Note-se que, das 934 empresas de construção civil habilitadas na Região, apenas 9% podem realizar obras superiores a 434.000 euros (alvará de classe superior a 2), enquanto 68% apenas podem realizar obras até 21.700 euros.

Um sector assim tem, à partida, maiores dificuldades em aproveitar o potencial do QRESA que está muito para além de projectos dirigidos à aquisição de equipamento industrial, correndo-se o risco de não se conseguir a modernização das empresas, e o consequente aumento da competitividade e da qualidade das mesmas.

Se durante os próximos sete anos, não formos capazes de transformar radicalmente o sector, vamos continuar vulneráveis à concorrência das empresas do exterior que virão explorar mão-de-obra barata e pouco qualificada, de empresas sem capacidade técnica nem de gestão.

Em contrapartida, se o QRESA for bem aproveitado, criar-se-á uma teia de empresas de diversas dimensões, com elevada especialização e capacidade

técnica, em que o recurso à subcontratação será uma mais valia pela qualidade. As grandes empresas com capacidade financeira e de gestão terão possibilidade de subcontratar empresas especializadas credíveis e organizadas, invertendo-se a situação actual.

3. Mas então como convencer o nosso pequeno empresário das vantagens do QRESA?

De facto, este empresário é cumpridor, está legalizado, é interessado nas Assembleias-gerais, está atento à informação que lhe é distribuída pela AICOPA, mas descrê do QRESA, quer ver para crer.

Ver que a qualidade e a legalidade compensam; ver que vale a pena pagar a Segurança Social de todos os trabalhadores, porque os concorrentes não cumpridores foram sancionados; ver uma delegação do InCI (ex-IMOPPI) a operar na Região Autónoma dos Açores; ver as empresas com capitais públicos, as Autarquias e o Governo Regional dos Açores fiscalizarem o cumprimento das cláusulas dos cadernos de encargos; ver a legislação sobre Contratos Públicos adaptada à Região, privilegiando as empresas que têm Sistemas de Gestão da Qualidade e Sistemas de Higiene e Segurança no Trabalho implementadas; ver que o preço mais baixo não é o único critério de adjudicação; ver que são tomadas medidas especificas de apoio às empresas que operam em condições de extrema dificuldade nas chamadas "Ilhas da Coesão", para além dos benefícios já consignados no SIDER.

O nosso empresário se calhar até acha que o QRESA é um excelente Quadro de Referência e que o Pro-Convergência e Pro-Emprego estão adequados, ainda não está convencido que concorram para a melhoria das condições de vida dos açorianos decorrente da valorização das nossas empresas e trabalhadores.

4. A AICOPA é parte imprescindível no reforço de confiança dos empresários da construção no novo Quadro, divulgando a sua importância e cooperando na promoção de candidaturas.

A AICOPA já se disponibilizou para estabelecer uma verdadeira parceria protocolada e devidamente estruturada com o Governo Regional dos Açores, na gestão e acompanhamento de execução dos fundos comunitários, justificando-se esta descentralização por a nossa associação aglutinar os interesses das empresas do sector, tendo conhecimento das actuais necessidades, podendo contribuir significativamente para o reforço da produtividade e competitividade.

Iniciemos pois a cruzada pelo sucesso do QRESA.

Evolução dos Quadros Comunitários de Apoio

Decorreram já 13 anos desde que o II Quadro Comunitário de Apoio entrou em vigor imprimindo uma nova política relacional entre os países pertencentes à União Europeia.

Com dois grandes objectivos, o da aproximação à União Europeia e o da redução das assimetrias regionais internas, o II QCA vigorou por um período de seis anos (1994-1999) tendo por metas qualificar os recursos humanos, reforçar os factores de competitividade da economia, promover a qualidade de vida e a coesão social e fortalecer a base económica regional.

Para além da parceria constituída na altura entre o Governo Português e a Comissão Europeia, também em termos regionais foi fundamental a criação de uma parceria que deu corpo a um instrumento de programação, no qual se consubstanciavam as grandes linhas de orientação do processo de desenvolvimento a prosseguir nos Açores – o Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA II).

Valorização dos recursos humanos e fortalecimento da economia foram, também para os Açores, os grandes objectivos idealizados em 1994 e levados a cabo através de quatro eixos prioritários que visaram, em primeiro lugar, o desenvolvimento económico e local (a animação da actividade produtiva, desenvolvimento do turismo, desenvolvimento agrícola e desenvolvimento das pescas), a valorização dos recursos humanos (a educação, formação profissional e fomento do emprego), o ambiente (protecção ambiental, saneamento básico e ordenamento e urbanismo) e, por último as infra-estruturas de desenvolvimento (acessibilidades, energia e saúde).

Findo o prazo previsto para a vigência do II QCA, foi criado o III Quadro Comunitário de Apoio, onde os objectivos chaves passaram a ser o desenvolvimento equilibrado e sustentado das actividades económicas, do emprego e recursos humanos, bem como a correcção das desigualdades sociais.

Aqui as atenções estiveram voltadas, durante os sete anos em que esteve em vigor (2000-2006), para a protecção e melhoria do ambiente, para a promoção da igualdade entre homens e mulheres e, também para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e inovação.

Entretanto, com vista ao desenvolvimento das medidas idealizadas para o III QCA, nos Açores foi criado o Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social (PRODESA) que se pretendeu constituir como um instrumento determinante para complementar o esforço financeiro que a Região tinha idealizado para, naquele período, promover o seu desenvolvimento económico e social, atingindo elevados níveis de sustentabilidade e reforçando a coesão económico-social.

Para tal, este instrumento foi desenvolvido através de objectivos diferentes aos levados em consideração no II QCA, através do PEDRAA II, mas que, de certa forma, convergiram no mesmo sentido. Foram eles o turismo, a formação de activos, a investigação científica e tecnológica orientada para a higiene e segurança alimentar e, ainda, a valorização e certificação de produtos regionais.

Em 2007 entra em vigor o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que assume como grande desígnio estratégico a qualificação das pessoas, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial.

De forma a tratar, especificamente, dos interesses da Região surge o Quadro de Referência Estratégico para os Açores (QRESA), o qual é constituído por quatro programas operacionais: o PROCONVERGÊNCIA, o PRO-EMPREGO, o PRORURAL e o PROPESCAS.

Este instrumento regional visará, através dos seus programas e acções específicos, três grandes objectivos, com destaque para o reforço das políticas de competitividade da economia, através de uma aposta na qualificação dos recursos humanos e nas novas tecnologias da informação e do conhecimento, de modo a permitir um maior crescimento económico e uma redução das assimetrias regionais.

II QCA 1994-1999

O II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) teve dois grandes objectivos, nomeadamente a aproximação à União Europeia e a redução das assimetrias regionais internas.

Assinado em 28 de Fevereiro de 1994, o II Quadro Comunitário de Apoio vigorou por um período de 6 anos, de Janeiro de 1994 a Dezembro de 1999. Tratou-se de um contrato de parceria entre o Governo português e a Comissão Europeia, que visou levar a cabo no terreno uma diversidade de programas por sector e por região, designados intervenções operacionais.

No âmbito do II QCA foram desenvolvidos 17 Programas Operacionais agrupados em quatro Eixos Prioritários.

No que se refere ao Eixo 1, intitulado "Qualificar os Recursos Humanos e o Emprego", os objectivos passaram por melhorar o sistema educativo, científico e tecnológico, através de um investimento significativo nos profissionais e nos equipamentos, bem como apoiar a formação e gestão de recursos humanos e melhorar o nível e a qualidade do emprego, nomeadamente através da formação de funcionários da administração pública.

Já o Eixo 2 pretendeu "Reforçar os Factores de Competitividade da Economia", tendo em conta objectivos como a modernização e expansão das infra-estrutruras fundamentais de transportes, telecomunicações e energia e, ainda, apoiar o esforço de competitividade do tecido empresarial, nos diferentes sectores económicos nacionais.

O Eixo 3, "Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social", teve como objectivos principais melhorar a qualidade do ambiente natural e urbano do nosso país, melhorar o sistema de saúde, investindo nas suas infra-estruturas, equipamentos e formação de pessoal e fomentar apoios especiais, dirigidos aos grupos mais frágeis da nossa sociedade (deficientes, desempregados de longa duração, toxicodependentes, minorias étnicas).

Por último, o Eixo 4, denominado "Fortalecer a Base Económica Regional" pretendeu promover o desenvolvimento equilibrado de todo o país através de projectos de incidência regional, levados a cabo por entidades públicas (autarquias, associações de municípios, órgãos descentralizados da administração) ou privadas (agentes económicos, associações de desenvolvimento) de nível local.

Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA II)

O PEDRAA II enquanto principal instrumento de programação apoiado pela União Europeia, no qual se consubstanciavam as grandes linhas de orientação do processo de desenvolvimento a prosseguir nos Açores até à viragem do século, compreendeu quer as iniciativas da responsabilidade do sector público (Governo Regional, Autarquias e Empresas Públicas), quer a dos agentes privados (empresas, associações empresariais, outros), revelando-se como um verdadeiro "mini-Quadro Comunitário de Apoio" para os Açores, integrando co-financiamentos comunitários do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA-O), Fundo Social Europeu (FSE) e ainda do Instrumento Financeiro para as Pescas (IFOP).

A estrutura do Programa, cujos objectivos assentavam em dois pilares, o da valorização dos recursos humanos e o do fortalecimento da economia, tinha subjacente quatro eixos de intervenção (subprogramas), abarcando o estímulo ao investimento e modernização dos sectores económicos (desenvolvimento económico e local), intervenções ao nível da educação e formação profissional (valorização dos recursos humanos), do ambiente e a construção/modernização de infra-estruturas básicas (económicas e sociais).

De referir que dentro dos quatro subprogramas foram definidas medidas que operacionalizaram os objectivos anteriormente determinados. No primeiro eixo de intervenção – "Desenvolvimento económico e local" – as medidas tidas em conta foram a animação da actividade produtiva, desenvolvimento do turismo, desenvolvimento agrícola e desenvolvimento das pescas. Já no segundo eixo do PEDRAA II intitulado, "Valorização dos recursos humanos" as atenções estiveram todas voltadas para a educação, formação profissional e fomento do emprego.

No Ambiente (terceiro eixo) foram levadas a cabo medidas respeitantes à protecção ambiental, saneamento básico e ordenamento e urbanismo.

Quanto ao quarto eixo, as acessibilidades, a energia e a saúde foram as três estratégias para dar corpo ao subprograma dedicado às infra-estruturas de desenvolvimento.

A tipologia dos instrumentos foi variada, desde a intervenção directa das autoridades públicas na construção/modernização de infra-estruturas e equipamentos, passando pelo estímulo ao investimento privado, através de sistemas de incentivos que abarcaram a quase totalidade dos sectores económicos.

Em termos finais, mercê das reprogramações/reforços que o PEDRAA II obteve durante o período de vigência deste Quadro Comunitário de Apoio, o programa atingiu uma dotação de 972,6 milhões de euros em termos de despesa total, a que corresponde uma despesa pública de 927,4 milhões de euros e um co-financiamento dos fundos estruturais de 752,2 milhões de euros.

III QCA 2000-2006

As principais prioridades estratégicas da intervenção dos Fundos Estruturais em Portugal para o período 2000/2006 foram definidas no III QCA, documento que surgiu visando contribuir para a prossecução do desenvolvimento equilibrado e sustentável das actividades económicas, do emprego e dos recursos humanos, favorecendo, ainda, a correcção das desigualdades sociais. Como dimensões transversais aos diferentes eixos prioritários, o III QCA assegurou a protecção e a melhoria do ambiente, a promoção da igualdade entre homens e mulheres, e o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e inovação.

Os Fundos Estruturais que compuseram o III QCA foram, nomeadamente o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e o Instrumento Financeiro de Orientação para as Pescas (IFOP).

O III QCA, que tem por base o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), elaborado em estreita articulação com um processo de planeamento mais vasto consubstanciado no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), adoptou três domínios prioritários de intervenção, a saber: a "Valorização do potencial humano", o "Apoio à actividade produtiva" e a "Estruturação do território".

A operacionalização destes três domínios prioritários concretizou-se através de quatro grandes objectivos estratégicos para o período 2000-2006, que agruparam 19 programas operacionais, e que passaram por "Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social" (Eixo 1), "Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro" (Eixo 2), "Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país" (Eixo 3) e "Promover o desenvolvimento sustentável das regiões" (Eixo 4).

O Eixo 1 – Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social – visou melhorar o nível de qualificação, mobilidade e formação profissional. Neste sentido, apostou-se na qualificação e profissionalização das novas gerações, na aprendizagem ao longo da vida e na mobilidade e reinserção social e profissional de desempregados e outros grupos com dificuldade de inserção socioprofissional, através de acções de desenvolvimento e integração social.

Foi ainda prioritária a melhoria dos níveis de eficiência da saúde e o acesso de todos os cidadãos a cuidados de saúde de qualidade, assim como o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a sua internacionalização, a aposta no incremento de uma sociedade de informação, e o reforço do papel da cultura enquanto factor de desenvolvimento e de emprego. Por outro lado, o Eixo 2 – Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades de futuro – privilegiou uma estratégia de transformação estrutural da economia, de modo a favorecer a competitividade das empresas, a estimular a inovação e a iniciativa, através do desenvolvimento de uma sociedade que desse primazia à informação, ao reforço do tecido empresarial e à promoção do capital humano.

Já no Eixo 3 – Afirmar o valor do território e da posição geoeconómica do país – visou-se o desenvolvimento sustentável do país, conciliando-o com uma estratégia de desenvolvimento espacial que tivesse em conta as assimetrias regionais e as características e potencialidades do sistema urbano.

Entretanto, o Eixo 4 – Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional – inseriu-se num quadro estratégico territorial, com destaque para a requalificação urbana, a criação de novas centralidades no interior das áreas metropolitanas e o reforço e consolidação do sistema urbano nacional de modo equilibrado, baseado nas cidades de média dimensão, o desenvolvimento rural e a conservação e valorização dos recursos naturais e do ambiente. A promoção da integração das regiões ultraperiféricas dos Açores e Madeira nos mercados europeu e mundial, foi outro objectivo, levado a cabo através da criação de infra-estruturas logísticas e de transporte, capazes de reduzir as desvantagens resultantes da insularidade e do apoio ao desenvolvimento de actividades económicas competitivas, tanto a nível interno como externo.

PRODESA

O Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), aprovado pelo Conselho do Governo Regional após audição formal do Conselho Regional de Concertação Social, integrou uma parcela substancial dos fundos estruturais da União Europeia postos à disposição da Região Autónoma dos Açores, no âmbito do III QCA, para o período de programação 2000-2006.

Este Programa Operacional constituiu um instrumento determinante para complementar o esforço financeiro que a Região tinha programado para, naquele período, promover o seu desenvolvimento económico e social, atingindo mais elevados níveis de sustentabilidade, reforçando a coesão económico-social, garantindo o processo de convergência com o País e com a União Europeia.

O contexto de ultraperiferia que caracteriza a Região Autónoma dos Açores condiciona a sustentabilidade do seu desenvolvimento, cujo principal estrangulamento passa pelo isolamento face ao espaço europeu, um mercado interno pequeno e fragmentado por nove ilhas, uma atitude empresarial pouco dinâmica e uma baixa qualificação dos trabalhadores.

Perante este quadro, o PRODESA assinalou como principais oportunidades de desenvolvimento: o sector emergente do turismo, nomeadamente o da natureza, importando consolidar a imagem ambiental, cultural e patrimonial dos Açores; o domínio da formação de activos; a investigação científica e tecnológica orientada para a higiene e segurança alimentar; e a valorização e certificação de produtos regionais.

Com base em quatro linhas estratégicas, nomeadamente "Potenciar a dinâmica do desenvolvimento económico", "Promover a qualificação dos recursos e estabilização do mercado de emprego", "Fomentar as redes de estruturação do território e o reforço da posição geoestratégica" e a "Promoção do equilíbrio sustentado do território e das condições de vida das populações" foram definidos três objectivos estratégicos do PRODESA: a "Modernização e Diversificação do Sistema Produtivo", privilegiando as parcerias entre o sector empresarial e as autoridades públicas locais e regionais, com o objectivo de se encontrarem novas oportunidades à actividade das empresas e de se aumentarem os padrões de competitividade da economia regional; o "Reforço da Qualificação do Capital Humano", através do aumento do investimento público na área dos equipamentos escolares, no sistema de desenvolvimento científico-tecnológico e na formação profissional; e o "Desenvolvimento das Redes Regionais de Infra-estruturas e Equipamentos e da Qualidade de Vida", essencialmente através da intervenção das autoridades públicas regionais nas redes rodoviária, portuária e aeroportuária, no abastecimento energético, no sistema ambiental e na rede de saúde pública.

Entretanto, a operacionalização das Linhas de Orientação Estratégica e dos Objectivos de Desenvolvimento pressupõe que, no âmbito do PRODESA, se explicitem os respectivos eixos prioritários de intervenção.

Nesse sentido, os eixos prioritários de intervenção do PRODESA foram, nomea-damente, Garantir as condições básicas para a melhoria da competitividade regional (Eixo 1), onde estiveram englobadas as medidas relativas à modernização das infra-estruturas e equipamentos de base nos domínios da acessibilidade intra e inter-regional, da educação, da saúde e protecção civil; Incrementar a modernização da base produtiva tradicional (Eixo 2), que compreendeu intervenções integradas dirigidas ao sector primário da economia, onde a Região detém algumas vantagens competitivas, incluindo as áreas da transformação e comercialização associadas; Promover a dinamização do desenvolvimento sustentado (Eixo 3), onde se incluíram as medidas dirigidas a sectores de actividade que proporcionassem a diversificação da economia, bem como os de natureza horizontal (ambiente, ciência e tecnologia e formação profissional) que promovessem a sustentabilidade do desenvolvimento; Apoiar o desenvolvimento local do potencial endógeno (Eixo 4), que integrou os apoios dirigidos às autoridades municipais para a prossecução, em articulação com as linhas de orientação gerais, do desenvolvimento a nível local, em áreas como o ambiente, as acessibilidades, a educação, cultura, desporto, ordenamento industrial e comercial; e Dinamizar e fortalecer o tecido empresarial regional (Eixo 5), que agrupou os apoios dirigidos ao fomento do investimento das empresas, sejam estas unidades do sector do turismo, pequenas e médias empresas dos sectores transformador e de serviços, operadoras dos sistemas de transportes ou a empresa pública regional responsável pela produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.

No período 2000/2006 o montante total associado ao PRODESA ascendeu a 1.301 milhões de euros. O investimento público rondou os 1.148 milhões de euros, aos quais se encontra associado um financiamento comunitário de aproximadamente 905 milhões de euros.

QREN (2007-2013)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013) assume como grande desígnio a qualificação das pessoas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

A abordagem estratégica inerente à respectiva prossecução considera que o desenvolvimento económico e social de Portugal se confronta com um conjunto significativo de constrangimentos, que revestem dimensão e características estruturais.

A superação destes constrangimentos, que determina a criação de condições propícias ao crescimento e ao emprego, corresponde à essência do desígnio estratégico assumido e constitui o referencial fundamental para as acções e os investimentos que serão concretizados com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão por todos os Programas Operacionais no período 2007-2013.

QRESA

De forma a tratar, especificamente, os interesses da Região Açores surge o Quadro de Referência Estratégico para os Açores (QRESA), o qual é constituído por quatro programas operacionais. O PROCONVERGÊNCIA, financiado no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) o PRO-EMPREGO, financiado pelo Fundo Social Europeu; o PRORURAL, financiado pelo FEADER; e o PROPESCAS, financiado no âmbito do Fundo Europeu das Pescas.

PROCONVERGENCIA

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um programa comparticipado pelo fundo estrutural FEDER, para o período de programação 2007-2013 da política regional da União Europeia, enquadrado no Objectivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores.

O PROCONVERGENCIA foi preparado pelo Governo dos Açores, sintetizando as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das Orientações Estratégicas da Comunidade e do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

A estratégia definida assenta em três grandes prioridades que estruturam a programação, com intervenção, respectivamente, no âmbito da economia, dos recursos humanos e da valorização do território. Está contemplado um quarto eixo prioritário que engloba a programação da dotação específica atribuída no âmbito dos apoios para compensação dos sobrecustos nas Regiões Ultraperiféricas.

Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores, qualificar e integrar a sociedade açoriana, melhorar a atractividade e a coesão do território regional e compensar os sobrecustos da ultraperifericidade são os quatro eixos prioritários que irão ser desenvolvidos no âmbito do PROCONVERGENCIA.

Os objectivos que estão por detrás do Eixo 1 – Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores, são dois e passam por fomentar e facilitar a actividade empresarial e alicerçar uma sociedade de informação e do conhecimento.

Educar, formar e integrar os recursos humanos é o objectivo geral do Eixo 2 denominado "Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana". Contudo, existem ainda cinco objectivos específicos que imprimem uma maior abrangência a esta prioridade estratégica do PROCONVERGENCIA. Ou seja, ao objectivo principal do Eixo associam-se outros cinco de ordem inferior, a saber: modernizar a rede de equipamentos escolares, valorizar o património cultural, melhorar a rede de equipamentos desportivos e de lazer, modernizar equipamentos de saúde e a rede de equipamentos de protecção social.

Também o Eixo 3 – Melhorar a atractividade e a coesão do território regional, é composto por dois objectivos gerais e seis objectivos específicos. Melhorar as acessibilidades e promover a sustentabilidade ambiental são os dois objectivos gerais, aos quais se associam objectivos específicos que passam por requalificar a rede regional de infra-estruturas e melhorar a eficiência e segurança do sistema (no caso concreto do objectivo geral Melhorar as acessibilidades), ordenar o território, aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais, valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental e melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos (para o objectivo geral Promover a sustentabilidade ambiental).

Por outro lado, no Eixo 4 serão comparticipadas as despesas de funcionamento e as despesas de investimento.

Devido ao facto da Região Autónoma dos Açores possuir uma dupla insularidade (arquipélago periférico e disperso), a via marítima e aérea são os únicos modos de transporte que asseguram a sua acessibilidade, quer inter-ilhas quer do arquipélago para e do exterior.

Desta forma, serão apoiados os investimentos necessários para dotar os sistemas regionais de transportes marítimos e aéreos de meios e condições para uma operação eficiente e menos penalizadora para os agentes económicos.

O carácter amplo e transversal deste programa implica necessariamente articulação com intervenções financiadas por outros fundos comunitários e/ou fundos regionais. No caso particular do Fundo Social Europeu (FSE), serão desenvolvidas acções designadamente no que concerne à formação de activos inter-empresas, fomento e disseminação do empreendedorismo e ainda o apoio à investigação em contexto empresarial, formação avançada, entre outras, são linhas de apoio do programa comparticipado pelo FSE, que complementam e alavancam as acções compreendidas no Eixo 1 deste programa, onde se combinam as intervenções FEDER dirigidas ao tecido empresarial, à inovação e à tecnologia.

A adição das diversas fontes de financiamento previstas no PROCONVERGENCIA permite estimar uma despesa global de 1,3 mil milhões de euros para os sete anos de programação, a que correspondem 966,3 milhões de euros de comparticipação comunitária.

PROPESCAS

O programa PROPESCAS assenta na criação das condições para a competitividade e sustentabilidade do sector pesqueiro regional, tendo em conta a aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente sustentáveis; a melhor organização do ramo da captura, transformação e comercialização; o robustecimento da actividade produtiva empresarial, a diversificação e acréscimo de mais valias e a garantia da qualidade dos produtos da pesca.

As linhas orientadoras para o desenvolvimento do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores, pressupõe a inclusão no PROPESCAS, de quatro eixos prioritários. Eixo Prioritário 1 intitulado "Adaptação da Frota de pesca regional", Eixo Prioritário 2 que recebeu a designação "Aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca", Eixo Prioritário 3 que diz respeito a "Medidas de interesse geral" e Eixo Prioritário 4 dedicado ao "Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca".

PRORURAL

A definição da estratégia de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 tem subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracterizam a Região e que determinam respostas particulares das políticas de desenvolvimento rural, tendo em conta os efeitos conjugados das "classificações" a que a Região está sujeita, nomeadamente Região Ultraperiférica, Região integrada no Objectivo Convergência, Região Desfavorecida e Região Predominantemente Rural.

Tendo em conta que a estratégia se desenvolverá em torno das dimensões económica, ambiental e social do sector, que se entrecruzam e complementam, é definido como grande objectivo global da estratégia de desenvolvimento rural da Região a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente estável e atractiva.

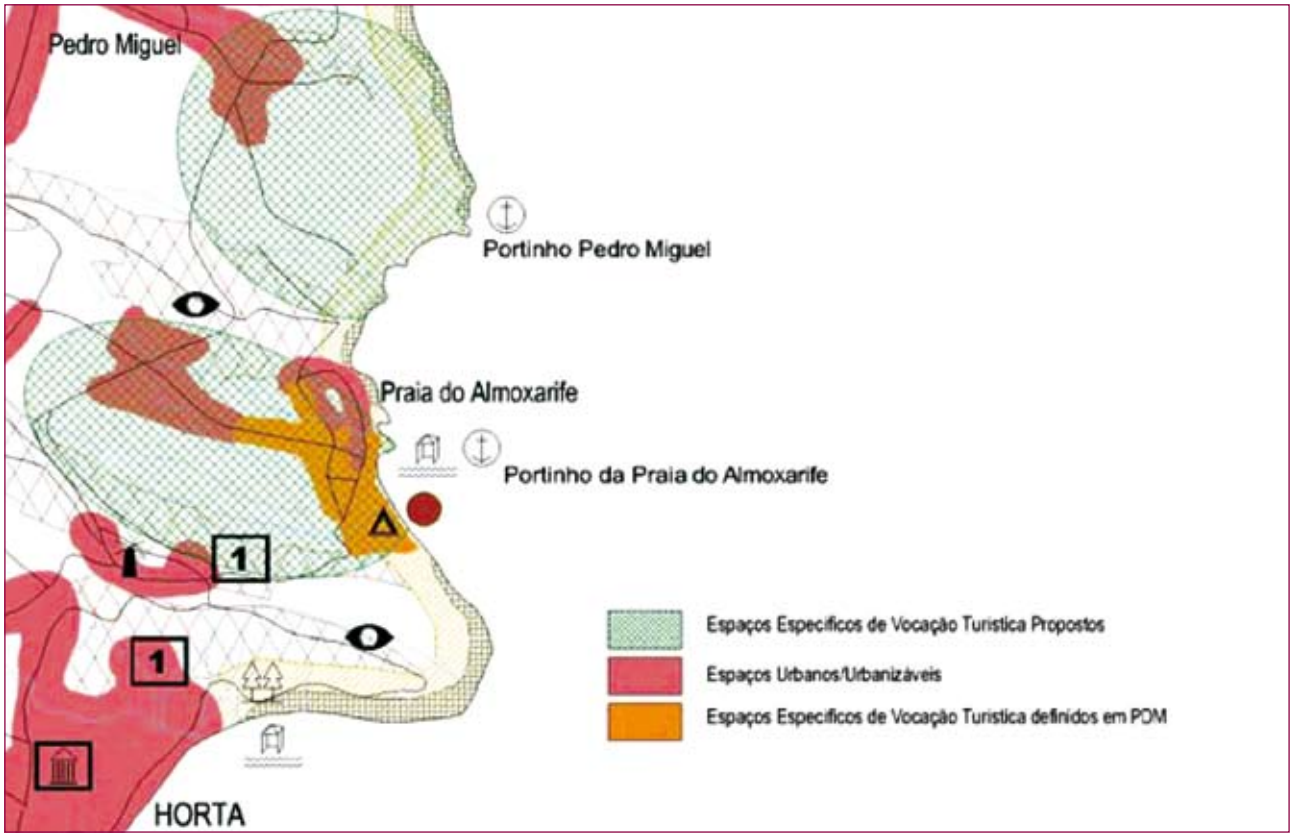
PROEMPREGO

O PROEMPREGO foi programado de modo a dar resposta a um conjunto de problemáticas identificadas como pontos fracos e como ameaças ao desenvolvimento do arquipélago dos Açores. A ultraperificidade desta região acentuou, durante longos anos, problemas sentidos a nível nacional como a fraca instrução escolar, a baixa qualificação profissional, a debilidade do tecido empresarial ou a insuficiente aposta na investigação e na inovação.

O programa organiza-se em dois eixos de intervenção prioritária. O Eixo 1, designado, "Qualificação do capital humano, do emprego e da iniciativa para a competitividade regional" e o Eixo 2 destinado à Assistência Técnica. Este último assume um papel estruturante da intervenção, visando regular a eficácia geral do programa e específica das intervenções nele contempladas.

Plano de Ordenamento Turístico da RAA

Figura 1: Espaços Específicos de Vocação Turística recomendados para a Zona da Praia do Almoxarife - Pedro Miguel



Em discussão pública até ao dia 31 de Maio, o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) consagra os instrumentos para que seja possível desenvolver um sector turístico sustentável, que garanta o desenvolvimento económico, a preservação do ambiente natural e humano e que contribua para o ordenamento do território insular e para a atenuação das disparidades entre os diversos espaços constitutivos da Região.

Esta estratégia será implementada seguindo quatro objectivos complementares:

1) Desenvolver as diversas componentes do sistema turístico regional de forma a torná-lo mais competitivo e susceptível de assumir um lugar de destaque na economia regional;

2) Garantir uma correcta expansão das actividades turísticas, evitando conflitos com outras funções e proporcionando uma ocupação e mobilização do território de acordo com as políticas regionais de ordenamento do território;

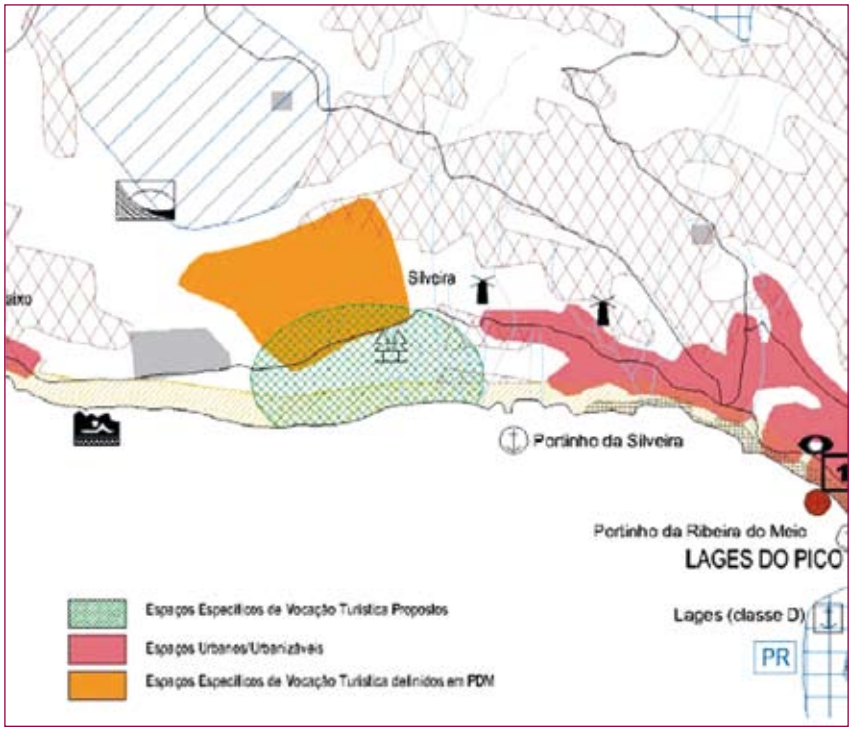
3) Construir medidas tendo em vista garantir que o desenvolvimento do sector turístico regional se processe de forma harmónica e equilibrada tendo em conta as características naturais, humanas e económicas específicas da Região, garantindo a sua continuidade no tempo em condições de manutenção de competitividade e qualidade;

4) Adoptar medidas tendo como objectivo garantir uma repartição equilibrada dos fluxos turísticos de acordo com as potencialidades e capacidades das diversas ilhas, mas também, dentro de cada uma destas, entre as diversas áreas que as constituem, tendo em consideração as suas vocações específicas.

O POTRAA estabelece cinco níveis no que respeita ao posicionamento estratégico das diversas ilhas no domínio do turismo: um centro principal, inquestionável e incontornável, protagonizado pela Ilha de São Miguel e dois centros secundários, assumidos pelas ilhas da Terceira e do Faial; uma periferia próxima, constituída pelas ilhas do Pico e São Jorge, uma periferia intermédia que inclui as Ilhas de Santa Maria, Graciosa e Flores e, por último, uma periferia distante assumida pela Ilha do Corvo.

A introdução de novos produtos turísticos, o aprofundamento e alargamento do espectro interno dos produtos tradicionais, a diversificação da oferta de alojamento, a conquista de novos segmentos de mercado, o desenvolvimento das propostas de animação turística, o surgimento de novas tipologias de turistas, terão reflexos obrigatórios nas formas tradicionais de integração regional das Ilhas, nos seus posicionamentos estratégicos e, idealmente, nas suas próprias estratégias específicas de desenvolvimento turístico. Com o objectivo de melhorar o posicionamento de cada uma das ilhas num contexto de um sistema turístico multidimensional, o POTRAA apresenta duas linhas estratégicas fundamentais: uma assente na oferta de produtos turísticos e outra na associação e/ou articulação territorial, tendo em vista reforçar complementaridades e sinergias inter-ilhas.

Figura 2: Espaço Específico de Vocação Turística proposto para a ilha do Pico



Contudo, a estratégia das várias ilhas não poderá ser encarada de uma forma isolada e somente baseada num produto estratégico, devendo, por um lado, desenvolver o ambiente-ilha de forma criadora e localmente, tendo em vista complementar a oferta com outras apostas para além da que se apresenta como estratégica e, desse modo, permitir o aumento da estadia média em cada uma das ilhas e, por outro lado, procurar articulações entre os vários agrupamentos de ilhas e, mesmo, com o todo regional, de modo a marcar posição num ambiente-circuito orientado para um turismo mais generalista.

Quadro estratégico de referência

Dimensões Estratégicas	Corvo	Faial	Flores	Graciosa	Pico	São Jorge	Santa Maria	São Miguel	Terceira
Potencial intrínseco de base (Superfície e População)	*	***	**	**	***	***	**	*****	****
Recursos turísticos existentes (quantidade e qualidade	*	****	***	**	****	***	**	*****	****
Diversidade e originalidade dos recursos turísticos	**	****	****	***	*****	****	***	*****	*****
Desenvolvimento actual do sector turístico	*	****	**	**	***	**	**	*****	****
Potencial do desenvolvimento do sector turístico	*	****	***	**	****	***	***	*****	****
Dinâmica recente de investimentos nos sector	*	***	**	**	**	**	**	*****	****
Fase de desenvolvimento do sistema turístico	NA	EA	EFPE	EFPE	EFPE	EFPE	EFPE	EFA	FA
Principais "produtos" turísticos	Comuni. Natureza	Nautica Recreio Golfe Baleia Natureza	Natureza Mergulho Pedestri. Repouso	Termal. Patr. Ed. Vulcanis.	Baleia Natureza Vinha/ /Vinho	Queijo Natureza Fajâs	Natureza Praia Golfe	Vulcanis. Natureza Termal. Golfe Outros	Patr. Ed. Vulcanis. Natureza
Acessibilidades directas com o exterior por via aéria	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Lógica principal de integração territo-rial turística	Is	Multi	Is	Is	Multi	Multi	Bi	Global	Multi
Capacidade para desenvolver uma estratégia específica e independente no domínio do turismo	N	PL	PA	F	PA	F	PA	PL	PL
Lugar no quadro turístico actual	Periferia Distante	Centro de 2ª Ordem	Periferia de 2ª Ordem	Periferia de 2ª Ordem	Periferia de 1ª Ordem	Periferia de 1ª Ordem	Periferia de 2ª Ordem	Centro de 1ª Ordem	Centro de 2ª Ordem

* Muito Fraco; **Fraco; ***Médio; ****Forte; *****Muito Forte

Estádio de desenvolvimento turístico:

ED - Estruturado Decadente
EM - Estruturado com Maturidade
EFA - Estruturado em Forte Ascensão
EA - Estruturado em Ascensão
EFPE - Estruturado em Fase Precoce de Estruturação
NA - Não Estruturado

Capacidade de desenvolvimento de estratégias específicas:

PL - Plenamente
PA - Parcialmente
F - Fraca
N- Nula

Lógica de integração territorial:

Global - lógica global
Multi - Multilateral
Bi - Bilateral
Is - Isolada

Figura 3: Espaços Específicos de Vocação Turística recomendados para a ilha de São Jorge

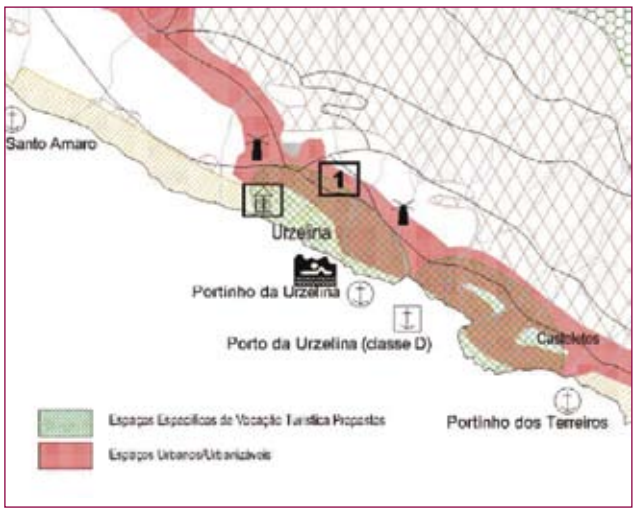
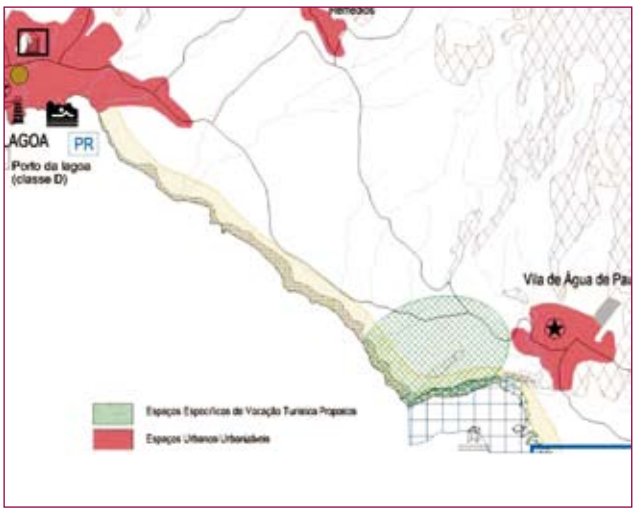


Figura 4: Espaço Específico de Vocação Turística proposto para a zona entre Lagoa e Água de Pau



Apostas estratégicas por Ilhas - reforço das centralidades

Ilhas	Estratégia esoecífica de oferta/produtos	Estratégia de articulação territorial
Corvo	**Comunidade** Vivência Repouso	Reforço com a actuação das flores
Faial	**Náutica de Recreio** Mar Baleia Vulcanismo Golfe Desportos Náuticos Termalismo	Reforço do triângulo central e reforço das ligações a São Miguel e à Terceira
Flores	**Diversidade paisagística** Comunidade Repouso Mergulho Pedestrianismo	Afirmação da Individualidade do destino e reforço da ligação ao Corvo
Graciosa	**Termalismo** Vinho Vulcanismo Patrmónio edificado Desportos Náuticos	Reforço da ligação à Terceira e, num plano secundário, ao Faial e São Miguel e ao Pico
Pico	**Baleia** Vinha/vinho Montanha Vulcanismo Queijo Pedestrianismo Espírito Santo	Reforço do triângulo Central e das relações com o Faial. Secundáriamente, reforço das ligações à Terceira e São Miguel
Santa Maria	**Praias** Gastronomia Golfe Desportos náuticos	Reforço das ligações a São Miguel e, em acréscimo, à Terceira e ao Faial
São Jorge	**Queijo** Fajãs Pedestrianismo Desportos náuticos Espírito Santo	Reforço do triângulo Central e em acréscimo, das ligações à Terceira e São Miguel
São Miguel	**Vulcanismo** Paisagem diversificada Património edificado História e manifestações culturais Termalismo Eventos Náutica de recreio Golfe Desportos radicais Gastronomia Pedestrianismo	Reforço das ligações com todas as ilhas, muito em especial com a Terceira e o Faial. Afirmação da individualidade do destino.
Terceira	**Património edificado** História e manifestações culturais Espírito Santo Vulcanismo Vinha Golfe Gastronomia	Reforço das ligações a São Miguel. Em plano secundário reforço das ligações ao grupo central.

a **negrito** a aposta central.

Figura 5: Espaços Específicos de Vocação Turística recomendados para a zona da Costa Leste da ilha Terceira

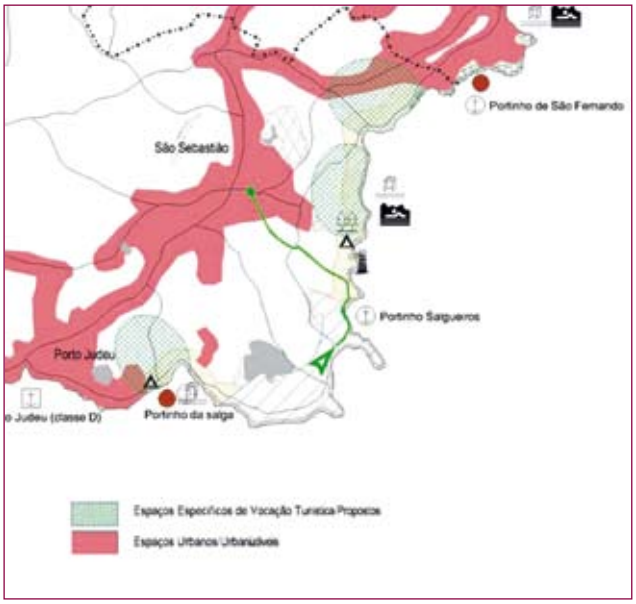
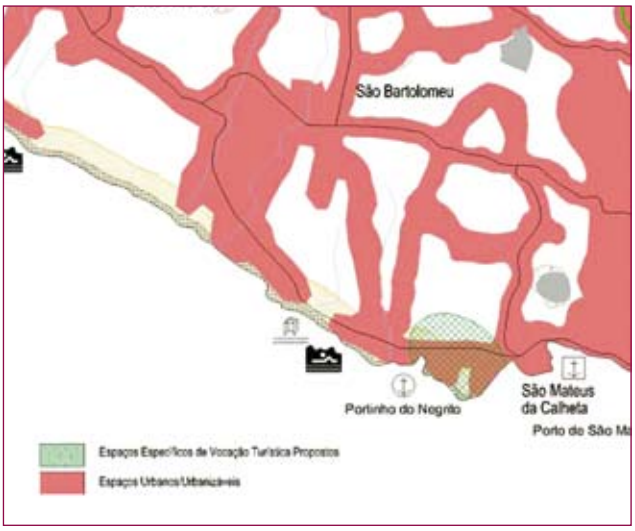


Figura 6: Espaço Específico de Vocação Turística proposto para a zona do Negrito



Organização do Território

O Plano estabelece também um modelo de organização do território, que divide cada uma das ilhas em quatro grandes domínios de desenvolvimento turístico, cada um deles com prioridades e tipologias de desenvolvimento turístico diferentes:

1) Espaços Urbanos de Eventual Desenvolvimento Turístico – nestes espaços, dado o actual desenvolvimento, a prioridade de actuação é baixa (dimensionada em função dos casos concretos). Nestes espaços são possíveis todas as tipologias, incluindo as grandes unidades hoteleiras de carácter menos diferenciado;

2) Espaços Específicos de Vocação Turística – Todas as tipologias, desde que convenientemente integradas no contexto paisagístico e na(s) envolvência(s) temática(s) que estrutura a vocação turística da área. As infra-estruturas de alojamento deverão deter um cunho diferenciador. As restantes infra-estruturas e serviços deverão responder cabalmente às necessidades da procura, seja em termos quantitativos, seja no domínio qualitativo (de modo a garantir a sustentabilidade ambiental e a proporcionar elevados graus de satisfação aos turistas);

3) Espaços Rurais e Outros Não Diferenciados – Exemplos da oferta nestas áreas são as unidades de turismo no espaço rural, as quais deverão ser complementadas com outro tipo de oferta dispersa desde que devidamente enquadrada legalmente. Muitas áreas situam-se em Reserva Agrícola Regional, pelo que nestes casos a sua ocupação está condicionada pelo regime jurídico desta Reserva;

4) Espaços Ecológicos de Maior Sensibilidade – Unidades de alojamento decorrentes unicamente da recuperação e valorização de casas preexistentes ou outras formas de turismo de natureza. Sempre que possível, na implementação de uma unidade de alojamento, as infra-estruturas e serviços complementares deverão ser reduzidos ao mínimo indispensável para assegurar o seu funcionamento. Muitas das áreas constituem ecossistemas que integrarão a futura Reserva Ecológica. Em áreas abrangidas por Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) e pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000 serão estes documentos a regulamentar a oferta e ocupação turística.

Assim, e apesar de em cada uma das ilhas seleccionadas ter sido feito um reconhecimento de toda a faixa costeira, numa extensão de alguns quilómetros a partir da linha de costa (áreas que apresentam melhores condições naturais para a fixação humana e, mais particularmente, para o desenvolvimento turístico, já que são as áreas mais amenas, com maior insolação e capazes de oferecer actividades lúdicas relacionadas com o mar), foi dada uma especial atenção às zonas que à priori poderiam apresentar maiores aptidões em função dos critérios referidos.

Foram, então, definidas zonas "globais" com potencialidade turística, consideradas, simultaneamente, as mais atractivas dos pontos de vista paisagístico, lúdico e das acessibilidades (características avaliadas in loco):

Na Terceira: faixa entre Porto Martins e a Baía da Salga, na costa oriental da ilha, e zona do Negrito na costa sul, ambas no concelho de Angra do Heroísmo;

No Faial: faixa entre Ponta da Espalamaca e Pedro Miguel, na costa oriental da ilha;

Em São Miguel: faixa entre Lagoa e Água de Pau, na costa sul da ilha, no concelho de Lagoa;

No Pico: faixa entre São João e Silveira, na costa sul da ilha, no concelho das Lajes do Pico;

Em São Jorge: faixa entre Urzelina e Manadas, na costa sul da ilha, no concelho de Velas.

Acessibilidades

No capítulo das acessibilidades o POTRAA não só menciona a necessidade de se intensificarem as ligações aéreas, nos períodos de maior procura turística, como também propõe intervenções em infra-estruturas portuárias de recreio ou outras com valia turística:

Na Ilha da Graciosa: Santa Cruz/Portinho da Barra, criação do Porto de Recreio;

Na Ilha do Pico: Lajes do Pico, criação do Porto de Recreio;

Na Ilha de Santa Maria: Vila do Porto, construção do Porto de Recreio;

Na Ilha de S. Jorge: Calheta, criação do Porto de Recreio; Velas, criação/aumento do Porto de Recreio;

Na Ilha de S. Miguel: Ponta Delgada, criação do Terminal de Cruzeiros e o alargamento/valorização da marina de recreio, para Porto de Recreio; Lagoa, construção do Porto de Recreio; Ribeira Grande, criação do Passeio Atlântico.

Pontos de interesse turístico

Na Planta de Síntese, que faz parte do plano foram também integrados, os Pontos de Interesse Turístico, que correspondem aos locais ou elementos de relevante interesse patrimonial, nas suas vertentes natural e cultural.

No que concerne ao Património Natural foram assinalados vales, serras, praias, baías, lagoas, ribeiras, cascatas, fajãs, fenómenos naturais, elementos singulares e monumentos naturais, grutas e piscinas naturais, parques e jardins públicos e reservas florestais de recreio. Neste domínio foram salientados alguns fenómenos naturais, classificados ou em vias de classificação: "Gruta das Torres" na Madalena – Pico, "Gruta do Carvão" em Ponta Delgada – São Miguel, "Algar do Carvão" em Angra do Heroísmo – Terceira, "Furnas do Enxofre" – Terceira, "Pedreira do Campo" - Santa Maria, "Pico da Camarinha e Ponta da Ferraria" – São Miguel, "Caldeira e Furna do Enxofre" – Graciosa, "Caldeira Velha" – São Miguel, "Rocha dos Bordões" – Flores.

À lista de elementos do Património Natural acrescentaram-se ainda locais que apresentam condições naturais para a prática de diferentes actividades de lazer, ou outros que já foram alvo de intervenção humana para o usufruto dessas actividades: zonas de campismo/parques de campismo, termas, campos de golfe e percursos pedestres.

Por outro lado, em relação ao Património Cultural foram identificados imóveis classificados, núcleos urbanos de interesse e museus.

Alojamento

No que concerne ao alojamento, embora o Plano não tenha como propósito efectuar a distribuição espacial de camas pela Região, estabelece tectos máximos para o crescimento da oferta de alojamento turístico, de acordo com as condicionantes naturais, sociais e económicas de cada ilha.

Ilha	Camas 2015	
	Camas	% Total Açores
Corvo	80	0,5
Faial	1734	10,5
Flores	578	3,5
Graciosa	330	2,0
Pico	1060	6,4
Santa Maria	660	4,0
São Jorge	553	3,4
São Miguel	8605	52,1
Terceira	2900	17,6
Total Açores	**16500**	**100**

Gabinete do Empreendedor

Face à crescente globalização e consequente incremento da competitividade à escala global, é crucial que o Estado seja, para além de um agente regulador do mercado, um facilitador da acção empresarial.

Assim, um Estado moderno dar passos decisivos com vista a facilitar e promover o relacionamento entre os diversos departamentos governamentais e os agentes económicos.

É nesta lógica de aproximação aos agentes económicos que surge a rede de Gabinetes do Empreendedor com o objectivo de se constituir como um espaço de atendimento personalizado e especializado aos empresários e potenciais empresários na Região Autónoma dos Açores.

Para o efeito, foram adaptados espaços com design arquitectónico e de mobiliário em tudo semelhantes, por forma a se criar uma imagem identitária única em todas as ilhas, que transmita a ideia de um espaço de confiança, acolhedor, com um atendimento profissional que vá de encontro às necessidades específicas de quem se lhes dirige.

Estes gabinetes foram dotados de recursos humanos com formação adequada para que possam ser os interlocutores privilegiados junto de quem pretenda constituir uma empresa ou, sendo já empresário tenha alguma situação a resolver no âmbito do que se pode considerar como o ciclo de vida das empresas. Pretende-se neste âmbito desenvolver um conjunto de ferramentas informáticas que permitam dar respostas em suporte desmaterializado, bem como servir igualmente de suporte à constituição de uma rede entre os diferentes gabinetes, ligados por videoconferência, funcionando como se de um só se tratasse. Este modelo permitirá assim cobrir praticamente toda a RAA, funcionando ainda o GE da Ilha de São Miguel como elemento agregador e coordenador da rede.

Estão em funcionamento os Gabinetes de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Faial, Graciosa e Flores, prevendo-se a abertura dos Gabinetes de São Jorge e Pico no decorrer do segundo semestre de 2007.

GABINTE DO EMPREENDEDOR
DIRECÇÃO REGIONAL DE APOIO À COESÃO ECONÓMICA

CONTACTOS

GE São Miguel
Praça Gonçalo Velho Cabral, 3
9500-063 Ponta Delgada
Tel: 296 209 800
Fax: 296 209 880
e-mail: ge.saomiguel@azores.gov.pt
GE Santa Maria
Rua Dr. Luís Bettencourt, 92
9580-529 Vila do Porto
Apartado 109
Tel: 296 883 180
Fax: 296 883 181
e-mail: ge.santamaria@azores.gov.pt

GE Faial
Rua Ernesto Rebelo, nº 14
9900-112 Horta
Tel: 292 200 534
Fax: 292 200 533
e-mail: ge.faial@azores.gov.pt

GE Terceira
Rua Direita, 72
9700-066 Angra do Heroísmo
Tel/Fax: 295 216 054
e-mail: ge.terceira@azores.gov.pt

GE Graciosa
Rua do Castilho, 9
9880-355 Santa Cruz da Graciosa
Tel: 295 712 711
Fax: 295 732 446
e-mail: ge.graciosa@azores.gov.pt

GE Flores
Rua Dr. Armas da Silveira, 1
9970-331 Santa Cruz das Flores
Tel/Fax: 292 592 846
e-mail: ge.flores@azores.gov.pt

GE São Jorge
Rua da Gruta, s/n
9800-533 Velas
e-mail: ge.saojorge@azores.gov.pt

GE Pico
Serviços de Ilha da SRE
R. Capitão-Mor Garcia Gonçalves Madruga
9930 Lajes do Pico
e-mail: ge.pico@azores.gov.pt

Notícias

Conferência Internacional de Turismo

A intervenção da Directora Regional do Turismo, Isabel Barata

O Observatório Regional do Turismo (ORT) realizou, nos dias 30 de Abril e 1 de Maio, uma conferência internacional sobre os modelos e as estratégias de desenvolvimento do turismo em ilhas.

Este evento, que decorreu na Universidade dos Açores, contou, na sessão de abertura, com a presença do Secretário Regional da Economia, do Reitor da Universidade dos Açores e do deputado ao Parlamento Europeu Emanuel Jardim Fernandes.

O dia 30 foi reservado a intervenções direccionadas para a comunidade científica, abordando aspectos no âmbito do turismo nas ilhas de expressão espanhola e portuguesa.

A manhã do segundo dia da conferência foi preenchida com contributos de António Simões Lopes, José Monteiro da Silva, Isabel Barata, Arnaldo Machado e Alberto Mota Borges, que abordaram as perspectivas do turismo nos Açores, numa sessão dirigida aos empresários e responsáveis do sector do turismo na Região, mas também ao público em geral.

Os trabalhos da conferência foram encerrados com uma comunicação apresentada por Carlos Santos, Presidente do ORT. Esta primeira iniciativa do ORT pretendeu abrir um espaço de reflexão sobre o turismo nos Açores e noutras ilhas que se especializaram neste sector de actividade.

Associada, ainda, a esta conferência esteve a publicação de um número especial da revista científica "Tourism Economics".

Mesa da conferência

A aposta nas energias

A Galp Açores, que comemora este ano 10 anos de presença na Região Autónoma dos Açores, promoveu, no passado dia 11 de Maio, no Teatro Micaelenses, em Ponta Delgada, uma conferência subordinada ao tema "Energia que Futuro? Perspectivas para um desenvolvimento sustentável na Região".

Inserida no Programa do Mês da Energia, promovido em conjunto pela Galp Açores e pelo Governo Regional dos Açores, através da Direcção Regional do Comércio Indústria e Energia (DRCIE), a conferência contou com a participação do Presidente Executivo da Galp Energia, Eng.º Manuel Ferreira De Oliveira, bem como com as participações do Eng.º António Brito da Universidade do Minho, do Dr. Paulo Ferrão do Programa MIT Portugal, do Dr. Monteiro da Silva da Agência para a Promoção do Investimento nos Açores e do Dr. Arnaldo Machado da Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica (DRACE) que, na altura, salientou o facto do Governo Regional possuir já alguns apoios no âmbito do ProEnergia para financiar projectos de aproveitamento de recursos energéticos endógenos, nomeadamente com os relacionados com investimentos na produção de biocombustíveis.

Arnaldo Machado referiu, igualmente, que está para breve a aprovação por parte do Governo Regional açoriano de um subsistema do SIDER intitulado Desenvolvimento Estratégico, que conta com uma vertente específica para este tipo de projectos. O patamar mínimo de acesso a este subsistema será de um milhão de euros, montante onde termina o âmbito de aplicação do ProEnergia.

Focalizando a sua intervenção ao sistema de incentivos ProEnergia, afirmou que este tem como objectivo estimular o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos para a produção de electricidade ou para a produção de outras formas de energia, essencialmente para o autoconsumo do sector privado, cooperativo e residencial doméstico.

Segundo o director regional de Apoio à Coesão Económica pretende-se com este sistema prosseguir e maximizar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, garantindo simultaneamente os mais elevados níveis de qualidade da energia disponibilizada a todos os açorianos, sem descurar as questões ligadas à sua correcta utilização.

Os beneficiários do ProEnergia são, nomeadamente as pequenas e médias empresas, cooperativas e associações sem fins lucrativos, bem como pessoas singulares ou condomínios.

Após a conferência, e no âmbito do protocolo de parceria entre a Galp Açores e a Universidade dos Açores que visa a promoção da inovação, a transferência de tecnologia, o desenvolvimento e a formação profissional, foi, igualmente, formalizado um acordo para a realização de um estudo para optimizar o abastecimento de combustíveis nas ilhas.

As comemorações do décimo aniversário da Galp Açores incluíram não só a realização desta importante conferência, como o reforço da parceria entre a empresa e a Universidade dos Açores, o apoio ao espectáculo do famoso bailarino Joaquin Cortez e a inauguração de um novo posto de abastecimento na Região.

BES dos Açores e BCA aderem ao Regime de Apoio o Microcrédito Bancário

Mais duas entidades bancárias aderiram ao Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário, promovido pelo Governo Regional dos Açores: o Banco Espírito Santo dos Açores e o Banco Comercial dos Açores.

Em ambas as cerimónias de assinatura dos protocolos de cooperação o Secretário Regional da Economia realçou os propósitos que estiveram na base da criação, pelo Governo dos Açores, de um regime de apoio ao microcrédito bancário e que assentam no pressuposto de que o desenvolvimento regional não se faz, apenas, com o crescimento económico, mas sim, e também, com o crescimento social.

O BCA fez-se representar por Ricardo Ferreira

Duarte Ponte referiu ainda que o grande desafio é cativar as pessoas desempregadas e com potencial para criarem o seu próprio posto de trabalho, ajudando, assim, a consolidar, nos Açores, uma sociedade mais rica e mais solidária.

O sistema do microcrédito disponibiliza um empréstimo, em condições especiais, com um limite até 15 mil euros, e o seu funcionamento requer a participação de instituições bancárias. A esse respeito, o secretário regional da Economia considerou que, assumindo a maior parte do risco partilhado com o Governo Regional, a banca revela-se, assim, como um pilar fundamental neste processo.

O Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário em vigor nos Açores é operacionalizado por um modelo de funcionamento no qual intervêm as Direcções Regionais da Solidariedade e Segurança Social, de Apoio à Coesão Económica e do Trabalho e Qualificação Profissional.

A implementação deste sistema de apoio conta já com a cooperação financeira do Millennium bcp, da Caixa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e, desde Maio passado, do BES dos Açores e do BCA.

Gualter Furtado representou o BES dos Açores

Governo quer maior cultura de empreendedorismo nos Açores

Na abertura, na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, do seminário "Coesão Económica e Social para o período de referência 2007--2013", organizado pelo Centro de Informação Europe Direct da academia açoriana, a 22 de Maio, Arnaldo Machado afirmou que o executivo açoriano tem vindo a criar, através de várias políticas sectoriais e de um conjunto de apoios ao investimento, um ambiente estimulante da coesão económica e social e uma envolvente favorável à eficiência empresarial.

O Director Regional de Apoio à Coesão Económica anunciou a implementação, em breve, de uma nova política de incentivos ao investimento na Região, consubstanciada num vasto leque de apoios com diversos subsistemas para as empresas.

Realçou, também, o esforço que o Governo Regional tem desenvolvido em prol do empreendedorismo, ajudando a fomentar, nos jovens, um maior espírito de iniciativa, vontade empreendedora e capacidade de assumir o risco.

Na opinião do Director Regional de Apoio à Coesão Económica há, ainda, muito pouca cultura de empreendedorismo no arquipélago, uma situação que o executivo tem procurado contrariar, através de um conjunto de medidas integradas e articuladas de forma coerente, como é exemplo o sistema de incentivos "Empreende Jovem", ainda em fase inicial de maturação.

Reconheceu a importância da existência de um Centro de Empreendedorismo no Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, destinado a fomentar esse espírito nos jovens qualificados, atribuindo às escolas açorianas uma grande responsabilidade de incutir nas suas aulas a cultura do empreendedorismo.

O seminário, integrado no ciclo de conferências "Uma Maior Competitividade de Emprego para os Açores", envolveu, como oradores, Mário Fortuna e Adriano Pimpão, docentes das universidades dos Açores e do Algarve.

Fonte: GaCS

Microcrédito: investir nas pessoas

A Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica foi palco, no passado dia 29 de Maio, para uma acção de formação sobre o Microcrédito. Uma iniciativa que teve como orador o Dr. Gonçalves Pinto da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e que pretendeu, acima de tudo, falar sobre os princípios básicos que norteiam o microcrédito e, ainda, dar a conhecer o trabalho que está a ser desenvolvido pela Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC).

Presentes neste encontro estiveram as três entidades que intervêm em todo o processo, nomeadamente a Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica, a Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, a Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social através do Instituto de Acção Social e, ainda, a Agência de Microcrédito.

"O microcrédito e os seus princípios", "A experiência da ANDC", "Apresentação de casos (de sucesso e insucesso)", "A importância do papel do Agente de Microcrédito" e "Aspectos críticos de sucesso" foram alguns dos temas colocados em cima da mesa de reuniões por Gonçalves Pinto.

Participaram técnicos das três Direcções Regionais envolvidas e da Agência de Microcrédito

O Microcrédito tem por objectivo aproveitar o potencial e a vontade empreendedora de pessoas com dificuldades ao nível da integração económica e social, através de um risco partilhado entre os poderes públicos e as instituições de crédito, favorecendo a concretização de iniciativas geradoras de riqueza e de emprego.

Revitalização sócio-económica das Zonas Rurais

"Revitalização sócio-económica das Zonas Rurais" foi o tema do encontro promovido, no passado dia 18 de Maio, pela Santa Casa da Misericórdia da Maia.

A economia das zonas rurais despertou o interesse de muitos participantes

Tendo como pano de fundo a antiga Fábrica de Tabaco da Maia este encontro contou com a presença do Director Regional de Apoio à Coesão Económica que descreveu em breves palavras o pacote de medidas que compõem os novos sistemas de incentivo ao investimento. Ferramenta que pode, na sua opinião, contribuir não só para a revitalização das zonas rurais mas, cima de tudo, para a criação de pequenas iniciativas empresariais que podem representar alavancas importantes nas economias locais.

Arnaldo Machado fez referência à necessidade de se fomentar o empreendedorismo junto dos jovens para os quais o Governo Regional possui iniciativas de investimento de carácter inovador como é, por exemplo, o caso do Empreende Jovem. Um sistema de incentivos destinado a apoiar o empreendedorismo jovem e qualificado.

Conforme disse, na ocasião, trata-se de uma medida de apoio que reflecte uma aposta na promoção da inovação, do desenvolvimento tecnológico, da formação e qualificação dos recursos humanos e da dinamização do espírito empreendedor.

Neste sentido, chamou a atenção para o Concurso Regional de Empreendedorismo que, ao destinar-se a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, pretende estimular a participação na actividade económica, através da criação de negócios inovadores.

O Director Regional de Apoio à Coesão Económica terminou a sua intervenção na sessão abertura do encontro referindo-se ao Microcrédito como uma medida que permite a introdução no tecido empresarial de pessoas que

não encontram resposta no mercado de trabalho porque não possuem as qualificações desejadas pelos empregadores. Esta medida, segundo disse Arnaldo Machado, incute responsabilidade e confiança nas pessoas e contribuiu para o crescimento do tecido económico.

O encontro decorreu durante todo o dia e debruçou-se sobre o turismo em espaço rural. "Turismo Pedestre em Espaço Rural", "Boas práticas: O caso específico do Sanguinho", "A competitividade e o marketing"; "Marketing e o desenvolvimento local", "Os caminhos do património: Identidades e potencialidades" e "Ribeira Grande: fazer e desfazer museus" foram os temas que compuseram este encontro cuja abertura contou, ainda, com a presença do Director Regional da Juventude, Bruno Miguel Pacheco, o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Ricardo Silva, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, Laudalino Rodrigues e Isabel Pascoal, vogal do concelho de Administração do Instituto de Acção Social.

XIV SIMPÓSIO DE ECONOMIA E GESTÃO: "Desafios do Empreendedorismo nos Açores"

No dia 16 de Maio decorreu, no Auditório do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), o XIV Simpósio de Economia e Gestão tendo como tema "Desafios do Empreendedorismo nos Açores".

Organizado pelo Departamento de Ciências Geográficas e Económico-Sociais, da Escola Secundária Domingos Rebelo, teve como oradores o Prof. Doutor Gualter Couto, Director do Centro de Empreendedorismo do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, o Dr. Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio à Coesão Económica e a Dr.ª Margarida Sousa, empresária ligada ao ramo da moda.

O Prof. Gualter Couto destacou na sua intervenção o que é ser empreendedor e quais as condições estruturais do empreendedorismo, realçando ainda o papel central do sistema educativo no desenvolvimento de um espírito empreendedor. Alertou igualmente para a necessidade de se procederem a alterações culturais, nomeadamente no que respeita à aceitação do erro e a uma nova atitude face ao risco.

Por sua vez, o Dr. Arnaldo Machado destacou em especial o trabalho do Governo dos Açores na promoção de um ambiente favorável ao empreendedorismo, através de iniciativas como o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo – Empreende Jovem, do Concurso Regional de Empreendedorismo, do Gabinete do Empreendedor e da publicação do Manual do Empreendedor, actualmente em preparação. Na sua apresentação referiu ainda o papel determinante da educação para o desenvolvimento do empreendedorismo, ao trabalhar atitudes e ao fornecer conhecimento, factor que alimenta o actual modelo económico baseado na Economia do Conhecimento. Aproveitou igualmente a ocasião para deixar uma nota de optimismo junto dos jovens, mencionando que com ambição e trabalho todos podem alcançar os seus objectivos.

Acorreu ao LREC um público maioritariamente jovem

A intervenção da Dr.ª Margarida Sousa, que terminou o simpósio, centrou-se no seu percurso de vida desde o tempo de estudante até se constituir como empresária no ramo da moda. Da sua intervenção destaca-se o esforço e a persistência que são necessários aos jovens empreendedores para se poder ter êxito, seja no mundo dos negócios, seja em qualquer outra área. O exemplo deste seu percurso ilustra ainda como condição fulcral do empreendedorismo a necessidade de se começar com uma Ideia de Negócio, que depois terá de ser trabalhada e desenvolvida dando lugar a um Plano de Negócio que materializa o aprofundamento da ideia inicial em condições de ser levada à prática.

Integrando um ciclo de eventos que a Escola Domingos Rebelo anualmente leva a efeito, o XIV Simpósio de Economia e Gestão teve como público-alvo os alunos daquela escola e pretendeu despertar os jovens alunos para a temática do empreendedorismo, apontando como caminho o desenvolvimento de um espírito empreendedor conducente à realização pessoal e profissional através da criação de negócios próprios.

Seminário Promoção e Captação de Investimento A Banca como parceira privilegiada para o desenvolvimento estratégico

A Associação para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA) promoveu no passado dia 8 de Junho, em Ponta Delgada, um seminário subordinado ao tema "Promoção e Captação de Investimento: O envolvimento da banca".

Tendo como objectivo chamar a atenção para a importância das instituições financeiras no esforço de promoção do investimento na Região Autónoma dos Açores, este encontro juntou à mesma mesa a APIA, instituições bancárias e o Governo Regional.

Presente neste encontro o vice-presidente do Governo açoriano, Sérgio Ávila, chamou a atenção para a necessidade de, com muito rigor e realismo, identificar, promover, valorizar e potenciar as vantagens comparativas dos Açores uma vez que, na sua opinião, existe interesse por parte de investidores continentais, madeirenses, dos restantes países europeus e até mesmo da América do norte, de "aprofundar os seus conhecimentos sobre a realidade regional, assumindo uma grande apetência por investir nos Açores".

Para Sérgio Ávila existem nove grandes argumentos que têm de ser potencializados na Região. Nomeadamente, a menor carga fiscal, uma estrutura etária populacional muito mais jovem que a média nacional, uma taxa de desemprego que é metade da média nacional, uma rede estruturante de transportes, a posição geo-estratégica dos Açores, estabilidade política, económica e financeira e, ainda, o facto de agora estarem aptos a redefinir prioridades e reforçar significativamente a disponibilização de meios à promoção de investimento privado e à qualificação dos recursos humanos.

Conforme adiantou o Vice-Presidente do Governo dos Açores, a Região está a viver "um momento de viragem no paradigma de desenvolvimento regional, que coincide com o novo período de programação comunitária e com a entrada em vigor da nova Lei de Finanças Regionais".

Sérgio Ávila afirmou, igualmente que existe já intenções seguras de investimentos futuros em áreas ou sectores até agora, pouco explorados nos Açores. Novos segmentos da actividade turística, novas industrias ligadas ao ambiente, desenvolvimento de projectos privados na área social, projectos de aproveitamento dos recursos piscatórios, exploração florestal e floricultura, desenvolvimento de software, produção e transformação de energias renováveis, promoção do ensino privado, foram alguns dos exemplos deixados neste encontro por Sérgio Ávila.

Também presente no encontro, o Director Regional de Apoio à Coesão Económica, Arnaldo Machado, referiu que pela primeira vez os Açores vão passar a dispor, com a entrada em vigor do Quadro de Referência Estratégico para o período 2007-2013, de um sistema de incentivos totalmente regional.

Segundo disse, os novos incentivos ao investimento apresentam-se com novos pressupostos, o que faz com que estejamos perante uma nova geração de políticas. Desde logo, as candidaturas aos sistemas de incentivos passaram a ser contínuas, a simplificação de procedimentos e desburocratização, a abertura dos incentivos a novas áreas de negócios como o ensino privado e a saúde. Figura, ainda, neste novo quadro comunitário a discriminação positiva das ilhas da Coesão (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo), bem como a continuidades de algumas medidas públicas iniciadas no III QCA.

Coube ao presidente da APIA, Monteiro da Silva, falar sobre os objectivos que regem aquela instituição. Identificar e caracterizar as oportunidades de investimento, divulgar os instrumentos legais previstos para o apoio público ao investimento privado, aconselhar e acompanhar os potenciais investidores, fomentar e participar na negociação de parcerias entre investidores externos à Região e investidores locais, apoiar e articular a apresentação dos projectos de investimento e propor/promover políticas e boas práticas que conduzam à redução de custos de contexto são os objectivos que estão por detrás da APIA.

Intervenção do Vice-Presidente

Estatísticas

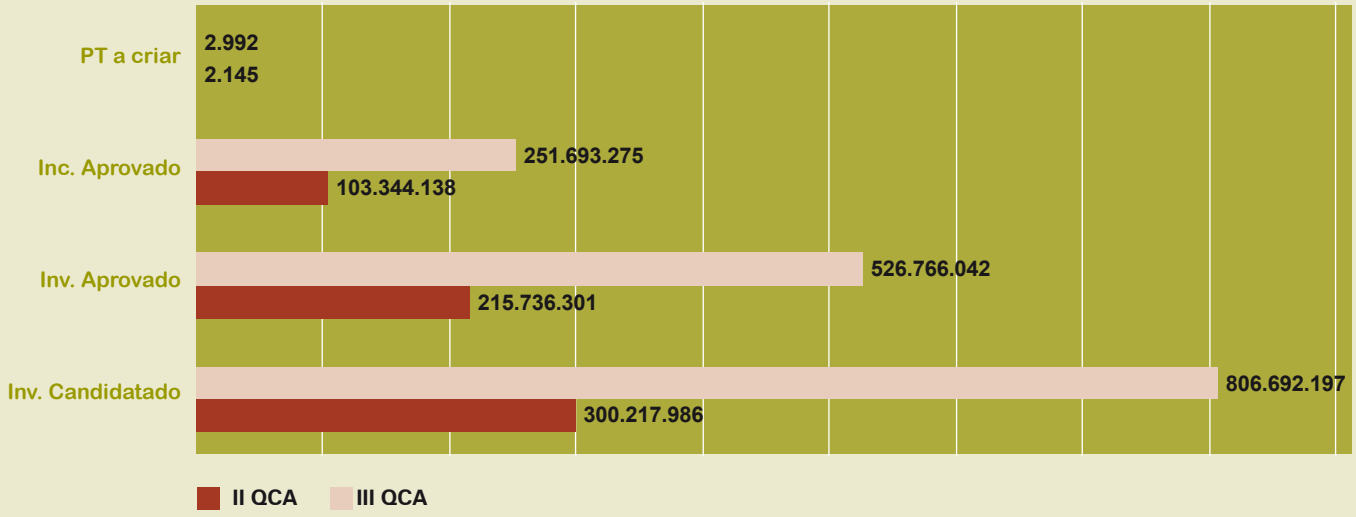
Neste terceiro número da €mpreender a secção de estatística inclui uma análise entre o II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999) e o III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), no que concerne à execução dos vários sistemas de incentivos ao investimento, em vigor nos Açores naqueles dois períodos.

Em relação ao III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) aos indicadores recolhidos falta ainda acrescentar os dados referentes a projectos que, tendo sido candidatados até ao final de 2006, ainda não receberam decisão referente à sua aprovação.

Contudo, é já possível estabelecer uma comparação entre os dois Quadros, tendo sido consideradas as seguintes variáveis: investimento candidatado, investimento e incentivo aprovados, investimento e incentivo aprovados per capita e postos de trabalho criados ou a criar (III QCA). Estas variáveis foram analisadas por sector de actividade económica e por ilha.

Evolução 1994 a 2006

Não obstante a ausência de ainda alguns dados referentes ao III Quadro Comunitário de Apoio, do II para o III QCA, o investimento aprovado e o incentivo aprovado quase que triplicaram. O incentivo aprovado no III QCA (EUR 251.693.275) atinge um valor superior ao investimento aprovado no II QCA (EUR 215.736.301).

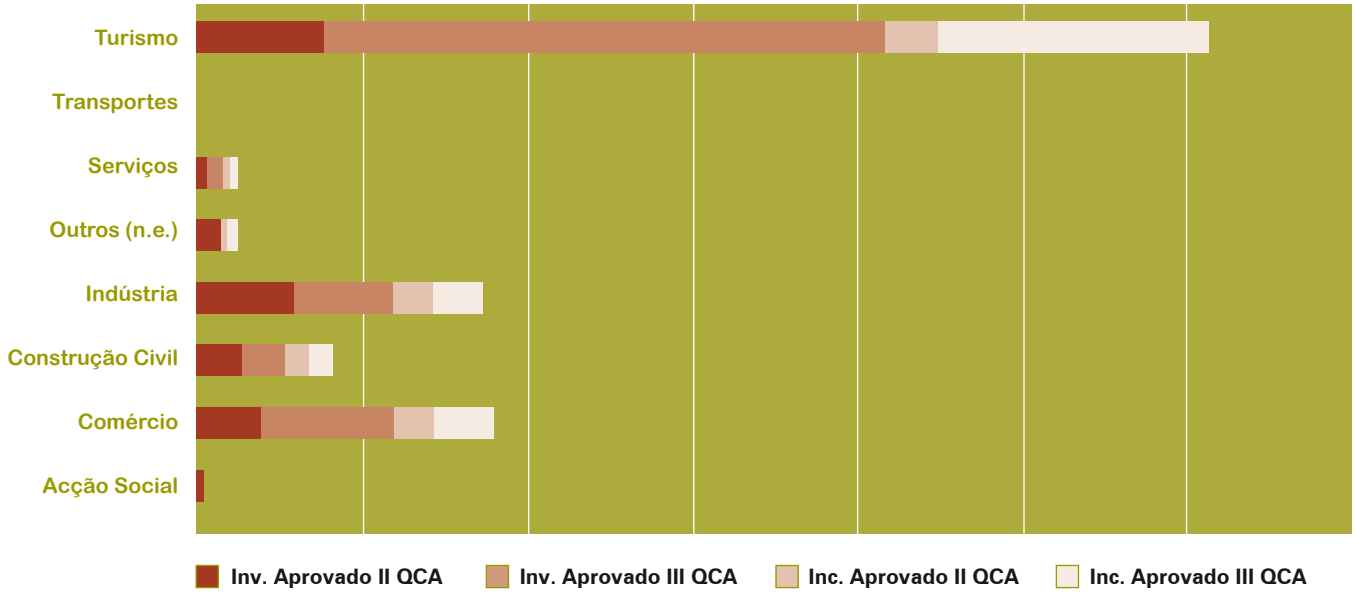


Evolução do Investimento Aprovado e Incentivo Aprovado por sector

Procedendo a uma análise sectorial verifica-se que o sector do turismo registou um maior crescimento, em termos absolutos (EUR 77.300.460 no II QCA para EUR 339.792.987 de investimento aprovado no III QCA) e o segundo maior crescimento percentual. Relativamente aos restantes sectores verifica-se igualmente um crescimento considerável (EUR 1.822.958 no II QCA para EUR 14.351.368 no III QCA).

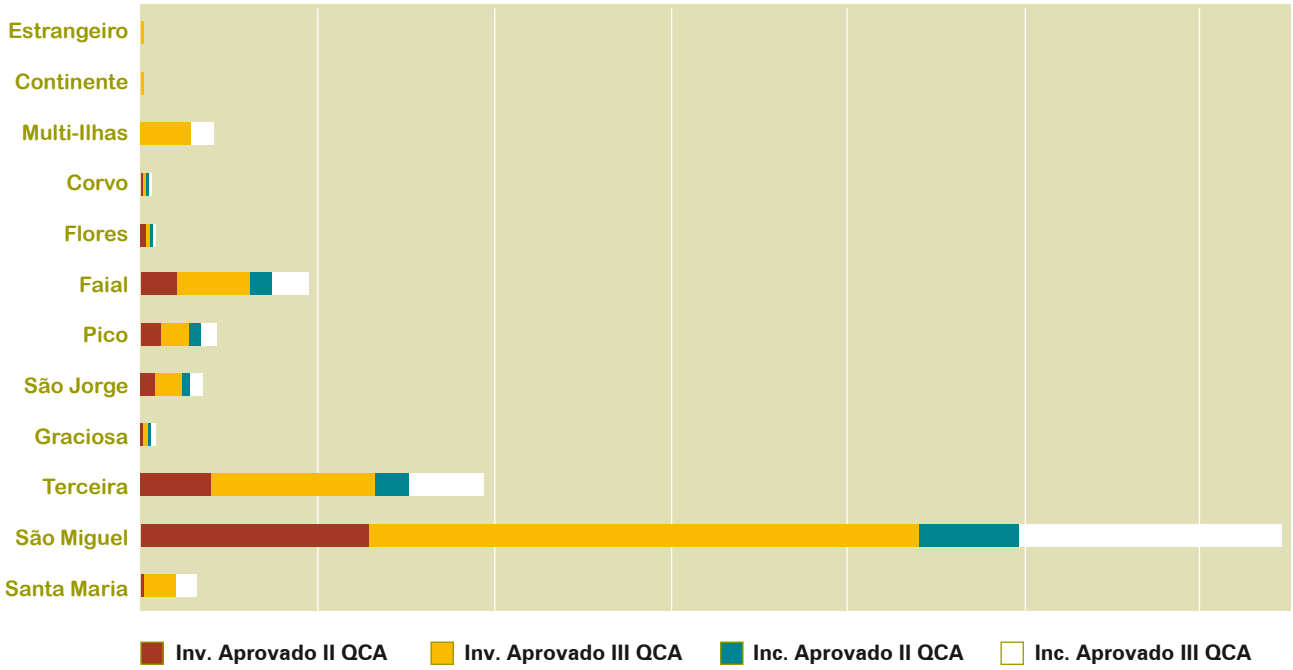
O comércio registou um crescimento do investimento aprovado (aproximadamente 100%) e um crescimento do incentivo aprovado de 62%; os postos de trabalho a criar pelos projectos aprovados no sector do comércio cresceram cerca de 44%, mas o peso dos postos de trabalho do sector do comércio em relação aos postos de trabalho totais mantém-se constante ao longo do II e III QCA.

Por seu lado, no II QCA, o peso do investimento aprovado no sector do turismo em relação ao investimento total aprovado é de 36%; no III QCA o investimento no turismo representa 65% do total.



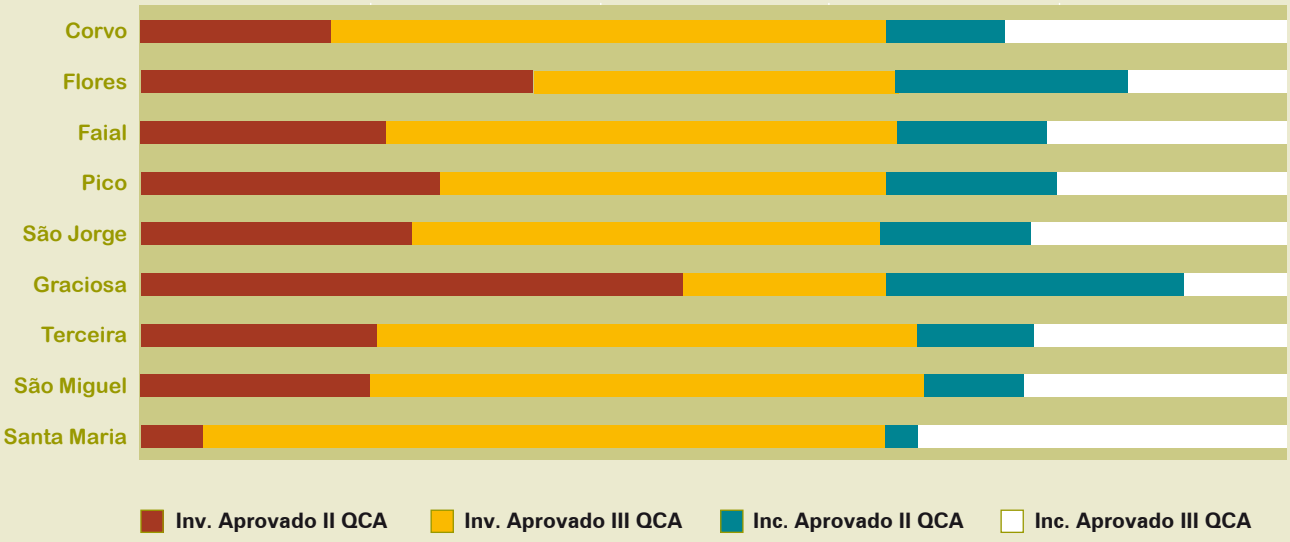
Evolução do Investimento Aprovado e Incentivo Aprovado por ilha

No que concerne à evolução do investimento e incentivo aprovados por ilha, Santa Maria registou o maior aumento entre o II e III QCA, tendo passado de um investimento pouco superior a EUR 1,7 milhões, no II QCA, para um investimento superior a EUR 18 milhões, no III QCA, com o consequente efeito no montante de incentivo aprovado. De resto, quase todas as ilhas viram o investimento e o incentivo aprovados aumentarem significativamente entre os dois Quadros.



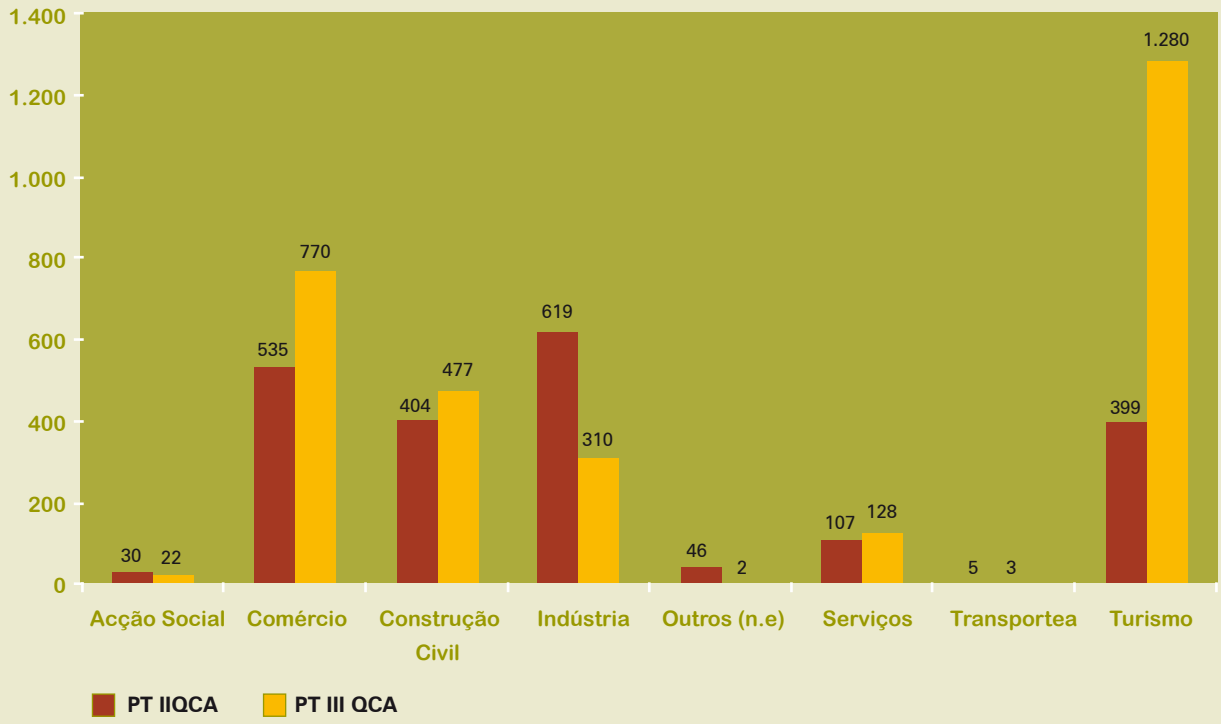
Evolução do Investimento Aprovado e Incentivo Aprovado *per capita*

Relacionando o investimento aprovado e consequente incentivo com a população de cada ilha, verifica-se que o maior investimento, no II QCA, foi realizado na ilha do Faial, com EUR 1.335 per capita (correspondendo a um incentivo de EUR 813 *per capita*), e que, apesar destes valores terem mais do que duplicado, a ilha de Santa Maria liderou o investimento efectuado no II QCA com EUR 3.252 *per capita* (correspondendo a um incentivo de EUR 1.750 *per capita*).



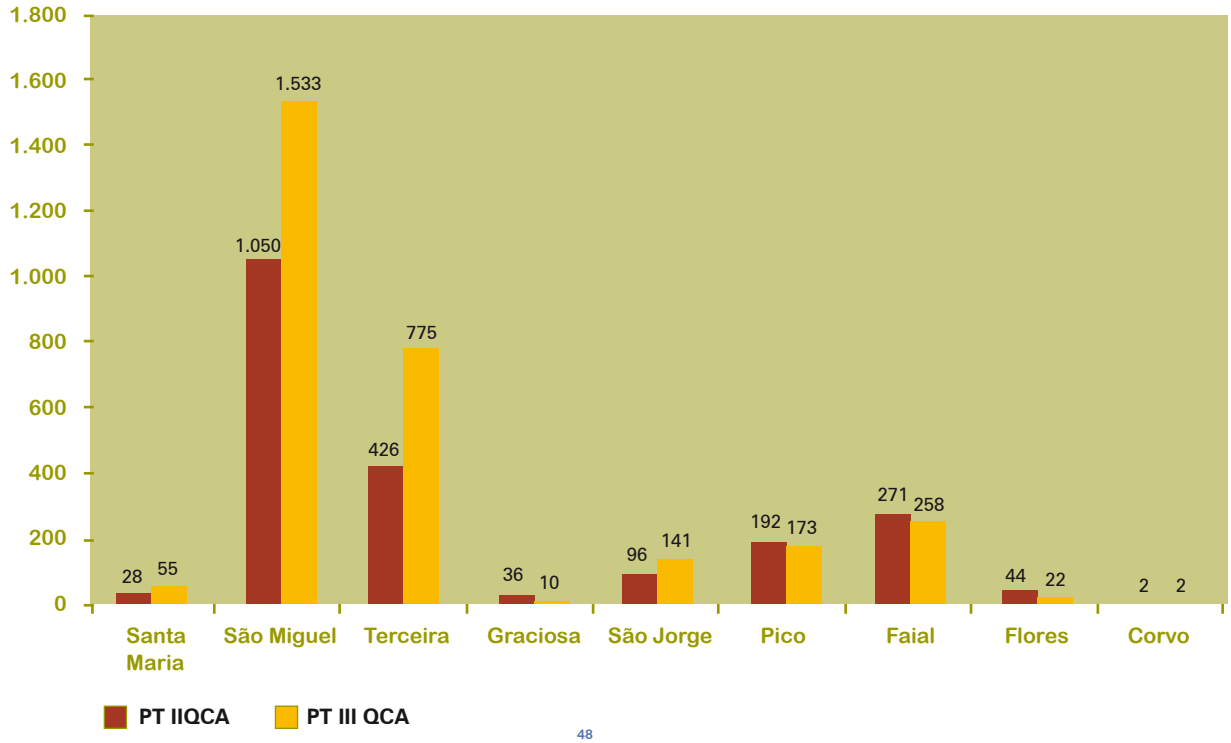
Postos de Trabalho por sector

No II QCA os projectos aprovados no sector do turismo criaram 399 postos de trabalho (19% do total criado); no III QCA os postos de trabalho criados pelos projectos apoiados são 1 280 (43% do total a criar).



Postos de Trabalho por ilha

Os projectos aprovados durante a vigência do II QCA geraram 2145 novos postos de trabalho; os projectos aprovados durante a vigência do III QCA prevêem a criação de 2992 postos de trabalho.



Governo dos Açores

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

drace
direcção regional
de apoio à coesão
económica

€mpreender